

ANO 11 - NÚMERO 133 - NOVEMBRO 2025

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 nov a 14 dec/25



“A morte da floresta é
o fim da nossa vida”

COP 30: DIREITOS DA FLORESTA E DIREITOS HUMANOS

p. 08

DIREITOS HUMANOS

A chacina do Rio:
patins, dor e indiferença

p. 22

COP 30

COP 30: Adaptação
ou Prevenção?

p. 40

HISTÓRIA SOCIAL

Os vai-e-vens da
História

p. 42



FENAE COM ELAS



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O feminicídio, homicídio contra a mulher, é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)** entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.





FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitim.



Agamenon Torres
Web Designer



Arthur Wentz Silva
Revisor



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Letícia Marques
Redatora



Paloma Vaz Dias
Estagiária



Vinícius Farias
Redes Sociais

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.814.-500 - Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



No período de 1960 a 2017, a história da Amazônia brasileira girou em torno da disputa por 364,8 milhões de hectares de terras públicas, a grande maioria delas coberta pela floresta tropical, o que resultou em sua destinação para diferentes entes públicos e privados. Tal disputa continua, em torno dos variados usos que deles fizeram e ainda fazem.

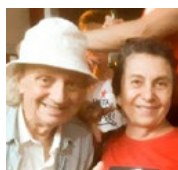
Os impactos das mudanças de uso da terra e das florestas, promovidas pelos diferentes destinatários desses 364,8 milhões de hectares das terras públicas e suas tendências para o futuro imediato, podem ser visualizados do ponto de vista ecológico e climático, pela série histórica do desmatamento anual, ou do seu equivalente, das emissões de CO₂.

Do ponto de vista social, humano, esses impactos podem ser vistos por vários indicadores, sendo o mais notável a série histórica de assassinatos de camponeses, seringueiros, quilombolas e outras comunidades tradicionais, e dos povos indígenas (sendo estes, neste artigo, considerados apenas quando resultantes dos conflitos em disputa pela terra).

Tais indicadores são expressões de um mesmo processo histórico e como tais devem ser enfrentadas, sem exclusões, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político, na Agenda da Presidência da COP 30, na nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, assim como nas resoluções da Conferência da Convenção sobre Mudanças do Clima, realizada em Belém, Brasil, neste novembro de 2025.

Este é o preâmbulo de nossa matéria de capa da edição 133 da Revista Xapuri, distribuída em pleno período da COP 30. Um texto denso, profundo, brilhante e necessário de nosso conselheiro Gilney Viana.

Boa Leitura. Bom Proveito!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - NOVEMBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Amanda Nascimento** – Jornalista. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva** – Estudante. **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Emir Sader** – Sociólogo. **Frederico Assis** – Enviado Especial COP 30. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Guto Alves** – Jornalista. **Igor Strochit** – Designer. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Escritor. **Lúcia Resende** – Professora. **Maria Leticia Marques** – Ambientalista. **Michael Löwy** – Sociólogo. **Rose Silva** – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.



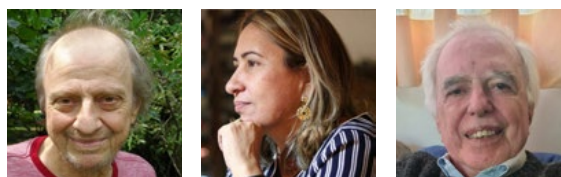
CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Traiano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.



Xapuri 133

SOCIOAMBIENTAL NOV 25

08 **CAPA**
COP30: Direitos da Floresta e Direitos Humanos

20 **AMAZÔNIA**
Atlas da Amazônia Brasileira reúne artigos escritos por indígenas, quilombolas e ribeirinhos

17 **BIODIVERSIDADE**
O Avô das Espécies

22 **DIREITOS HUMANOS**
A chacina do Rio: patins, dor e indiferença

18 **BANCÁRIOS**
Democracia em colapso, povos em extinção:
O retrato Yanomami no Brasil

25 **FOTOGEOGRAFIA**
O prenúncio da nuvem

Xapuri - Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **COP 30**
Espaço Chico Mendes e FBB na COP 30

28 **CERRADO**
Brasília, mudanças radicais e o Portal da Sapopema

33 **MITOS E LENDAS**
O mito Portal da Sapopema

34 **COP 30**
A COP 30 e o desafio global da desinformação climática

37 **HOMENAGEM**
Clara Charf: Uma das imprescindíveis deste mundo

38 **FETEC**
Viva Zumbil! Viva Palmares!

40 **COP 30**
COP 30: Adaptação ou Prevenção?

42 **HISTÓRIA SOCIAL**
Os vai-e-vens da História

44 **SINPRO**
Niara

46 **POLÍTICA**
Lula 80 Anos: O operário que virou símbolo de um país e voz do Sul Global

49 **SINTEGO**
Memoráveis Margaridas



COP 30: DIREITOS DA FLORESTA E DIREITOS HUMANOS

Gilney Viana

No período de 1960 a 2017, a história da Amazônia brasileira girou em torno da disputa por 364,8 milhões de hectares de terras públicas, a grande maioria delas coberta pela floresta tropical, o que resultou em sua destinação para diferentes entes públicos e privados. Tal disputa continua, em torno dos variados usos que deles fizeram e ainda fazem.

Os impactos das mudanças de uso da terra e das florestas, promovidas pelos diferentes destinatários desses 364,8 milhões de hectares das terras públicas e suas tendências para o futuro imediato, podem ser visualizados do ponto de vista ecológico e climático, pela série histórica do desmatamento anual, ou do seu equivalente, das emissões de CO₂.

Do ponto de vista social, humano, esses impactos podem ser vistos por vários indicadores, sendo o mais notável a série histórica de assassinatos de

camponeses, seringueiros, quilombolas e outras comunidades tradicionais, e dos povos indígenas (sendo estes, neste artigo, considerados apenas quando resultantes dos conflitos em disputa pela terra).

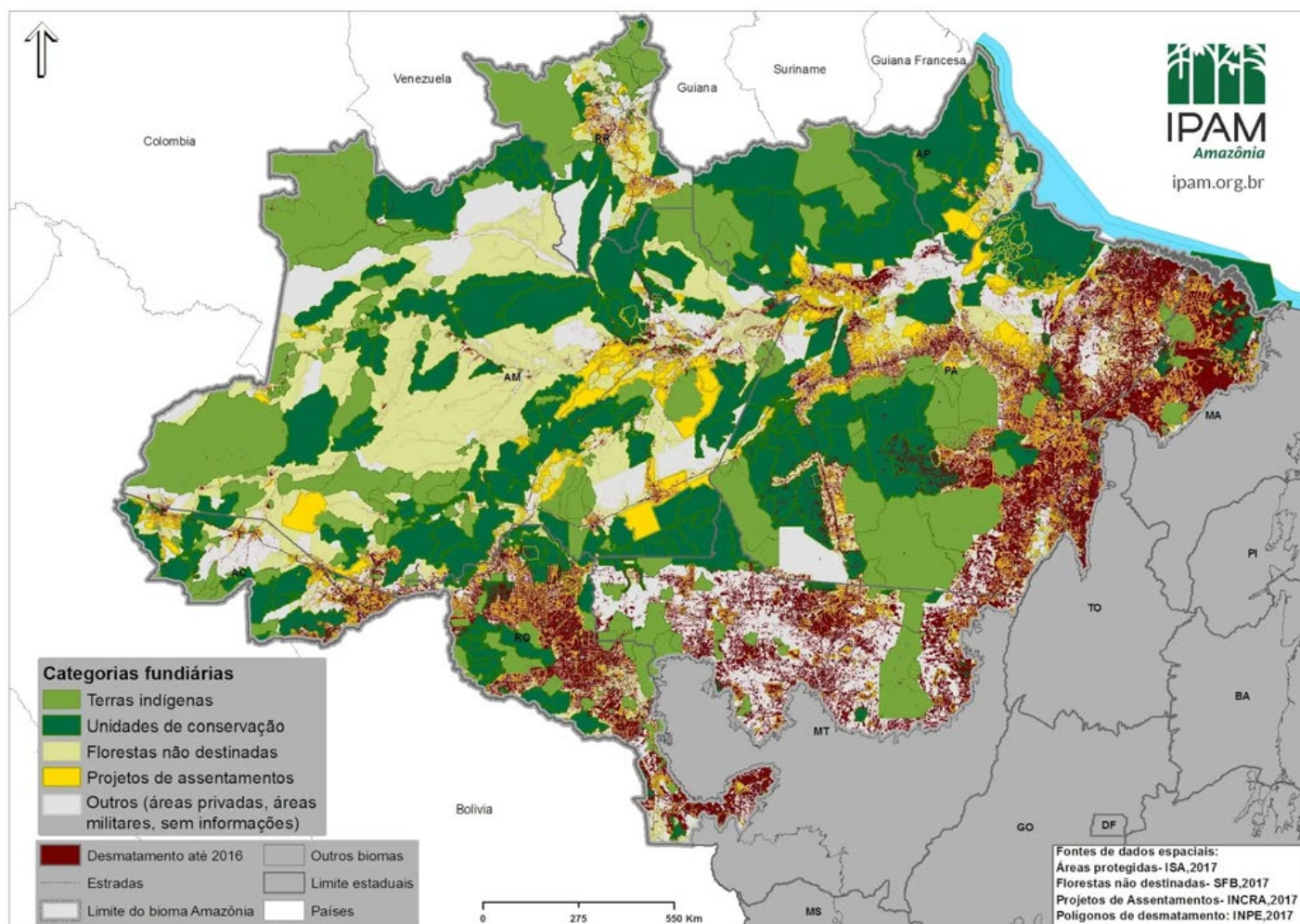
Tais indicadores são expressões de um mesmo processo histórico e como tais devem ser enfrentadas, sem exclusões, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político, na Agenda da Presidência da COP 30, na nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, assim como nas resoluções da Conferência da Convenção sobre Mudanças do Clima, a se realizar em Belém, Brasil, em novembro de 2025.

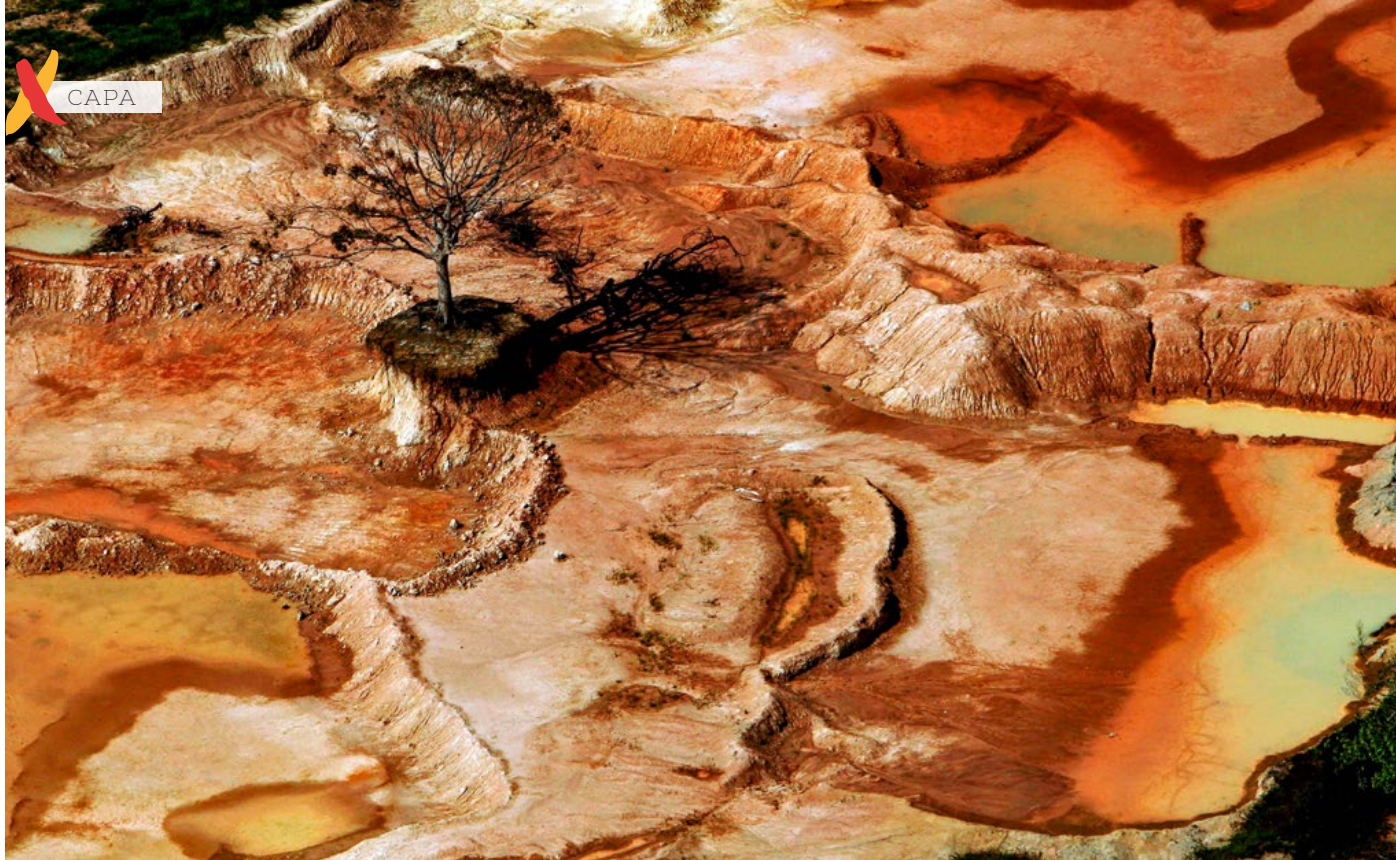
O quadro abaixo revela as diferentes destinações das terras públicas de 1960 a 2017. Apesar de algumas imprecisões e superposições, os dados são suficientes para uma análise histórica e para o embasamento de decisões estratégicas.

Destinação das Terras Públicas da Amazônia Legal. 1960, 1985, 2017 (em hectares)

DESTINAÇÃO	ATÉ 1960	%	ATÉ 1985	%	2017	%
Estabelecimentos Agropecuários	46.728.710	9,31	113.570.130	22,64	132.374.688	26,39
Terras Indígenas	41.614	0,01	1.086.156	0,21	115.610.445	23,05
Unidades de Conservação	555.524	0,11	16.090.700	3,21	109.036.433	21,74
Projetos de Assentamento	509.753	0,10	13.633.768	2,72	36.449.016	7,28
Terras Públicas Militares e outras	2.160.000	0,43	2.923.701	0,58	2.923.701	0,58
Territórios Quilombolas	0	0	0	0	754.513	0,15
Outras Destinações	27.774.580	5,54	28.059.210	5,59	45.457.904	9,12
Total Destinado	77.770.181	15,5	175.363.665	34,97	442.606.700	88,25
Total Não Destinado	423.736.519	84,5	326.143.035	65,03	58.900.000	11,74
Amazônia Legal	501.506.700	-	501.506.700	-	501.506.700	-

Fontes: IBGE, ISA, INCRA. Obs.: 1) O Censo Agropecuário de 2017 foi o único que discriminou as destinações das terras, para além dos estabelecimentos agropecuários; 2) Amazônia Legal, incluindo integralmente o estado do Maranhão; 3) Do total das Unidades de Conservação, estão excluídas as Áreas de Proteção Ambiental (APAs).





A primeira observação se volta para a enormidade das terras públicas destinadas desde 1960 até 2017, da ordem de 364,8 milhões de hectares – fato singular no mundo contemporâneo. E a segunda se refere à ordem das destinações. Até 1960 predominaram os estabelecimentos agropecuários, com 9,31%, e até 1985, com 22,4% da área total da Amazônia Legal.

Em 2017, reverte-se a ordem, com a destinação de 52,22% da área total da Amazônia Legal aos territórios socioambientais, contra 26,39% aos territórios dos estabelecimentos agropecuários. Esse processo histórico merece algumas observações.

Até 1960, apenas 77,7 milhões de hectares tinham sido destinados, dos quais 60% aos estabelecimentos agropecuários, enquanto às Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento couberam apenas números simbólicos.

Embora o país tenha vivido um processo de industrialização pós Segunda Guerra Mundial, com modernização da vida urbana e um estado de direito, apesar de suas limitações, isso não aconteceu no campo, onde a política era domi-

nada pelos grandes proprietários de terra, que não reconheciam os direitos dos povos indígenas aos seus territórios, consideravam a luta pela Reforma Agrária como atividade subversiva e a luta ambientalista como coisa de países do Primeiro Mundo.

A economia estava assentada no extrativismo vegetal de baixo impacto ambiental, como a extração da borracha, principal produto da região, desde a segunda metade do século XIX. A pecuária, extensiva, e voltada para o pequeno mercado interno, se valia principalmente das pastagens naturais, donde o desmatamento acumulado relativamente pequeno.

Tanto o deslocamento de mercadorias quanto de pessoas dependia fundamentalmente dos rios. Mas, ao final do período, se deu o primeiro passo para superação dessa condição, com a abertura da rodovia que ligou Brasília, a nova capital do país a Belém, expondo ao desmatamento a borda oriental da floresta.

Já o período de 1960 a 1985 foi marcado pelo estado ditatorial instalado em 1º de abril de 1964, que impôs à Amazônia brasilei-

ra, um novo modo de ocupação e de economia.

A população estimada passou de 4 para 7,3 milhões de habitantes, e a área total destinada saltou de 15,5% a 34,97% do total, destacando-se os estabelecimentos agropecuários que passaram de 46,7 para 113,6 milhões de hectares, transformando-se em núcleo da nova economia e base de sustentação da nova elite dominante, o agronegócio.

Isto só foi possível, em tão curto período de tempo, em função da centralização das decisões políticas em um círculo restrito de militares e tecnocratas, imbuídos da concepção de segurança nacional que limitava a oposição legal e tratava como inimigos os movimentos sociais, principalmente do campo; ao mesmo tempo, promovia transferências gratuitas de terras públicas para empresas e grandes proprietários de terras, de fundos públicos via incentivos fiscais e créditos subsidiados para empresários e, o que é fundamental, provia com infraestrutura adequada, principalmente rodovias, devassando a floresta e superando as limitações dos transportes pelos rios.

Há, contudo, três contrapontos importantes.

Primeiro, a destinação de 3,21% do total para Unidades de Conservação e 2,72% do total para Projetos de Assentamento – totalizando 29,7 milhões de hectares, compondo territórios fora da dinâmica imposta pelo agronegócio, ou seja, da reprodução do capital. Que isso tenha acontecido durante o estado ditatorial, enfrentando a repressão tanto estatal quanto empresarial é um demonstrativo do poder da resistência camponesa, da cidadania ambiental e dos direitos humanos.

Segundo, a não demarcação das Terras Indígenas revelando a continuidade de uma trava imposta pelos militares.

Terceiro, o ganho qualitativo, que foi o empoderamento da resistência indígena e indigenista, da consciência ambiental e dos direitos humanos, que vai se expressar na Constituição Federal de 1988, ao assegurar aos povos indígenas e comunidades quilombolas direito às suas respectivas terras, e declarar a Floresta Amazônica patrimônio nacional, com uso definido em lei.

Impressionantes são os dados referentes ao período 1985–2017, cujo retrato é uma aproximação da situação de 2025 e que exigem uma leitura mais profunda, aqui apenas indicada. Nesse período, 267,2 milhões de hectares de terras públicas foram destinadas, a um ritmo de 7,4 milhões de hectares/ano, enquanto no período ditatorial o ritmo foi de 4,6 milhões de hectares/ano.

As destinações socioambientais, Unidades de Conservação (21,74%), Terras Indígenas (23,05%), Projetos de Assentamento (7,28%) e Territórios Quilombolas (0,15%) cresceram extraordinariamente, totalizando 52,72% da área total da Amazônia brasileira – constituindo-se como polo anti-hegemônico ao modelo de ocupação e desenvolvimento vigente desde a ditadura militar e de anteparo eficaz à acelerada conversão da floresta em pastagens e monocultura de soja.

Embora os estabelecimentos agropecuários tenham crescido apenas de 22,04 para 26,39%, o agronegócio consolidou sua dupla hegemonia econômica e política.

Impulso importante para o salto qualitativo desse processo de modernização capitalista no campo e da hegemonia do agronegócio foram os 1.157 projetos agropecuários, florestais e madeireiros incentivados pela Sudam de 1966 a 1995, que se concentraram em 100 municípios com elevados índices de assassinatos e desmatamento. Além disso, os grandes projetos minerários, implantados por empresas estatais e/ou associadas ao capital internacional, cujo exemplo maior é o Projeto Carajás – que conformou territórios privilegiados de reprodução do capital, do desmatamento e das graves violações aos direitos humanos.

DA DESTRUIÇÃO DAS FLORESTAS E DAS FAMÍLIAS OU DA INTEGRALIDADE DAS GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DA NATUREZA E DOS DIREITOS HUMANOS

A conversão da floresta tropical em pastagens e campos de monocultura foi e continua sendo o motivo central da disputa



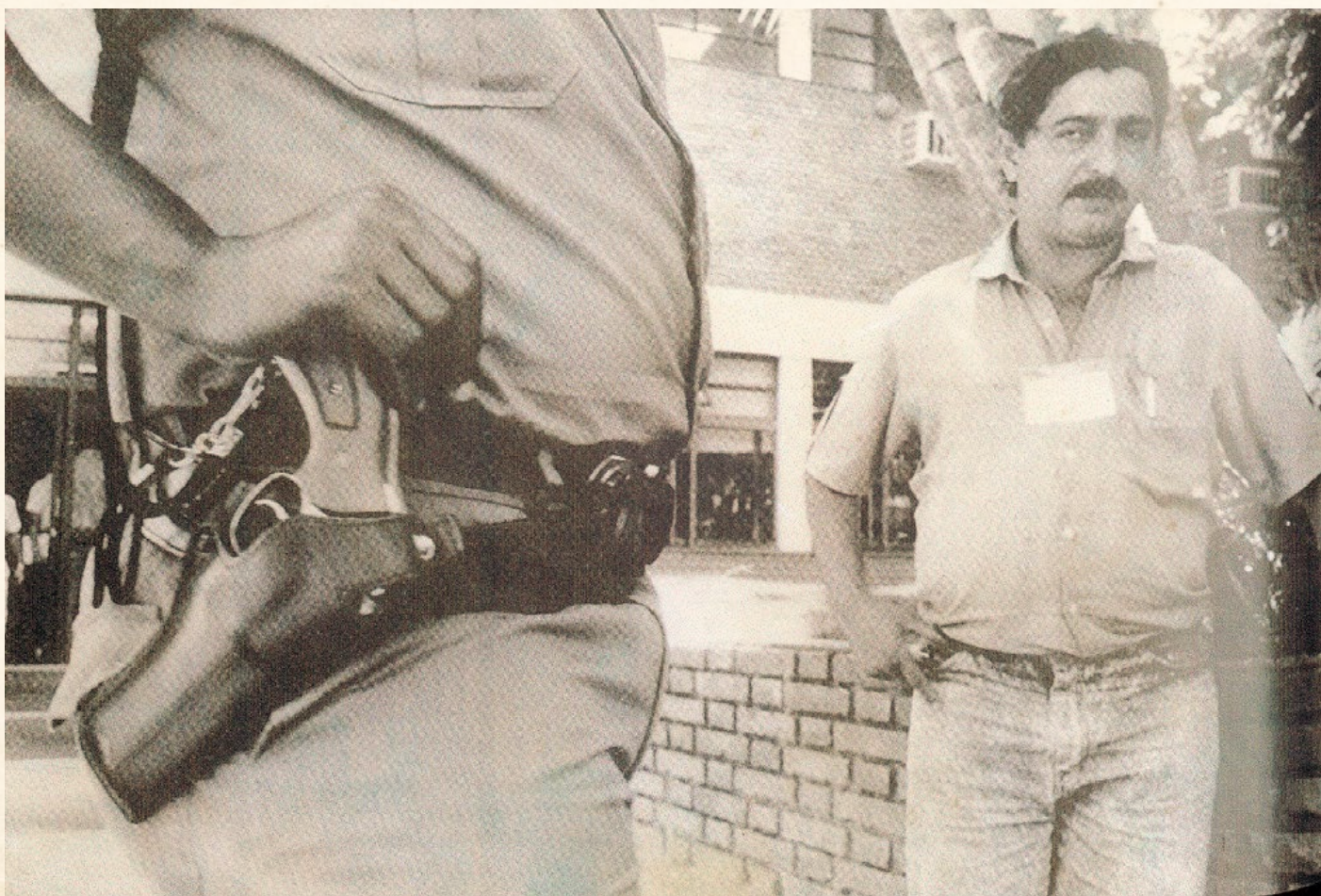


Foto: Acervo Comitê Chico Mendes

das terras públicas da parte do agronegócio, porque foi, e ainda é, o principal meio da sua reprodução ampliada.

De um lado se esforçam para ampliar a área que legalmente podem desmatar dentro dos estabelecimentos agropecuários avançando sobre as áreas de reserva e de proteção ambiental, através de alterações na legislação e anistia aos violadores da lei, a chamada expansão "porteira a dentro"; de outro, disputam as terras não destinadas, aqui quantificadas em 58,9 milhões de hectares (mas que podem atingir o dobro desta estimativa), através da chamada "regularização fundiária"; terceiro, tentam ampliar as áreas de pastagens e monoculturas em terras indígenas e projetos de assentamento, via arrendamento de terras, ou "integração", e alteração legal do grau de proteção das unidades de conservação.

E, naturalmente, a continuidade de crédito subsidiado, isenções tributárias, renegociações de dívidas, pressão para abertura e modernização de rodovias, ferrovias, hidrovias, aumentando não apenas seus lucros, mas também a exposição da floresta ao desmatamento, e os povos originários, comunidades tradicionais e camponeses às graves violações dos seus direitos humanos.

DO DESMATAMENTO, DA EXPANSÃO DA PECUÁRIA E DA MONOCULTURA DA SOJA

O desmatamento acumulado, na Amazônia brasileira, desde os tempos coloniais até 1970 é estimado em 10 milhões de hectares; 37,6 milhões de hectares até 1985 e 78,4 milhões de hectares até 2017 (e 85,2 milhões de hectares até 2024).

Cresce o desmatamento, crescem as pastagens plantadas e o rebanho bovino, ao ponto deste aumentar sua participação do rebanho bovino nacional, de 7,1% em 1974 para 45% em 2023.

A novidade é a soja, que multiplicou por 10 o total de sua área plantada, de 1988 a 2023, constituindo-se em potente agente da conversão tanto da floresta como de pastagens para área de monocultura de soja.

Desmatamento, pastagens, rebanho bovino e soja, na Amazônia brasileira, em 1985, 1988 e 2023

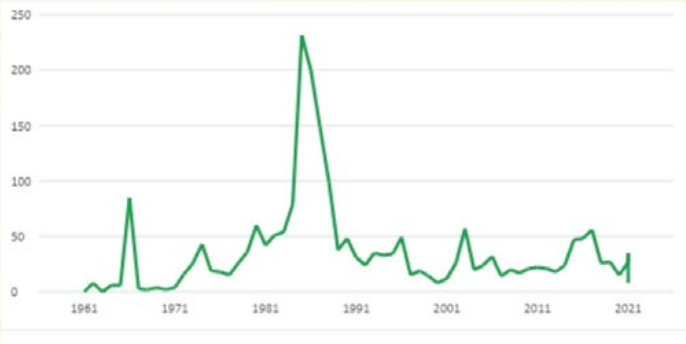
Categorias	1985	1988	2023
Desmatamento	31,2	37,6	85,2
Pastagens	15,6	2,8	76,6
Bovinos	15	19,6	107,1
Soja	0,42	1,3	13,7

Fontes: IBGE; MAPBIOMAS, INPE

ASSASSINATOS NA LUTA PELA TERRA, ELEMENTO ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA A PARTIR DE 1964

De 1961 a 2024 foram assassinados, na Amazônia brasileira, 2.297 camponeses, indígenas, quilombolas, seringueiros e membros de outras comunidades tradicionais, em disputa pela terra, correspondendo a 65,3% do total assassinado no Brasil no mesmo período e pela mesma motivação.

Curva dos assassinatos no campo, Amazônia brasileira (1961-2024)



Fontes: CPT, Comissões Estaduais da Verdade e outras. Quadro do autor

Contudo, uma melhor compreensão do acontecido, particularmente do pico de 1979 a 1988, exige uma periodização dos acontecimentos político-institucionais, do quadro abaixo.

Assassinatos em disputa pela terra, segundo períodos políticos, Brasil e Amazônia Legal (1961 – 2024)			
PERÍODOS POLÍTICOS	BRASIL	AMAZ LEGAL	% AL /BR
Pré golpe (01/01/1961 - 30/03/1964)	59	8	13,6
Ditadura Militar até a transição (31/03/1964 - 15/03/1979)	459	286	62,3
Transição Militar (15/03/1979 - 15/03/1985)	603	350	58,1
Transição Civil (15/03/1985 - 05/10/1988)	948	641	67,6
Período Democrático (05/10/1988 - 31/12/2024)	1.450	997	68,7
Total (01/01/1961 - 31/12/2024)	3.519	2.297	65,3

Fontes: Diversas, principalmente CPT a partir de 1985. Quadro do autor

Nota-se que os assassinatos em disputa pela terra tornaram-se elemento estrutural do modo de ocupação e economia da Amazônia Legal imposto pela ditadura militar, agravado no período de transição e continuado no período democrático, como aconteceu com o desmatamento.

A transição do estado ditatorial para o estado democrático de direito, no caso brasileiro, teve dois



Foto: Acervo Comitê Chico Mendes



Foto: Arquivo do Autor.

subperíodos distintos: o da “transição militar”, de 15/03/1979 a 15/03/1985 (governo do general Figueiredo), que finda a ditadura propriamente dita; e de 15/03/1985 a 05/10/1988, quando se conclui a Assembleia Nacional Constituinte e se proclama a Constituição Federal de 1988 e formalmente se reconhece o retorno ao estado democrático de direito, ainda em pleno mandato do líder civil José Sarney, eleito pelas regras impostas pela ditadura militar.

Exatamente durante esse período de 10 anos (1979-1988) ocorreu uma verdadeira guerra no campo, que deixou 1.551 assassinatos em todo o país e 991 na Amazônia Legal. Não por acaso.

A partir de 1979, com a pressão social e política (particularmente com o protagonismo da classe trabalhadora urbana) e a crise do regime, conquista-se a Anistia Política e a revogação do Ato Institucional nº 5, e se estabelece um ambiente de crescentes liberdades políticas nas cidades, o que não acontece no campo.

Após anos de lutas localizadas, ao final do período de transição militar (1984-1985), os camponeses, indígenas, seringueiros e trabalhadores rurais assumem uma dimensão política e organizativa nacional, com o reposicionamento político da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o surgimento de novas formas de organização como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS); e centenas de movimentos locais – todos com o apoio da Comissão

Pastoral da Terra (CPT) – que associam a defesa do direito à terra e à conquista dos direitos democráticos, enfrentando os antigos (latifundiários) e novos (empresários) senhores de terra que recorreram à violência ilegítima através de milícias e pistolagem, abertamente apoiada por suas instituições e lideranças representados pela União Democrática Ruralista.

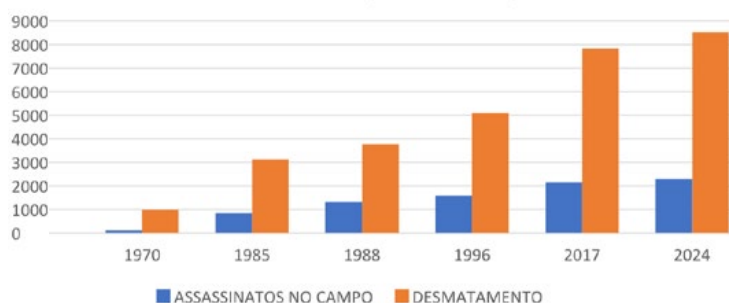
A RELAÇÃO DIRETA ENTRE DESMATAMENTO E ASSASSINATOS NO CAMPO, NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, DOS GRANDES AGENTES E DAS PESSOAS ATINGIDAS

Os dados abaixo indicam uma relação direta entre expansão da área de desmatamento e crescimento do número de assassinatos no campo em disputa pela terra, na Amazônia Legal, no período de 1970 (a partir da existência de estimativas de desmatamento) a 2024.

Desmatamento e Assassinatos no campo, acumulados, Amazônia Legal (1970, 1985, 1988, 1996, 2017 e 2024)						
-	1970	1985	1988	1996	2017	2024
Assassinatos no Campo	116	855	1.319	1.576	2.145	2.297
Desmatamento	9,80	31,20	37,60	50,95	78,39	85,20

Fontes: Desmatamento = INPE (unidades Km² x 10.000);
Assassinatos no campo = Autor (unidades)

ASSASSINATOS NO CAMPO E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (1970 - 2024)



Fontes: Desmatamento = INPE (unidades Km² x 10.000);

Assassinatos no campo = Autor (unidades) Pela tabela acima nota-se um crescimento do desmatamento da ordem de 47,2 milhões de hectares, no período de 1985 a 2017, que devem ser alocados nos Estabelecimentos Agropecuários e, também, nos Projetos de Assentamento, Outras Destinações e Não Destinadas, submetidas em diferentes proporções ao desmatamento legal e ilegal.

Em relação aos agentes diretamente envolvidos nos assassinatos, a pesquisa deste autor trabalha com três categorias e suas respectivas participações relativas: agente do Estado, 11,6% do total; agente do Estado em conjunto ou conivência com agente privado, 7,5%; agente privado, 43,7% do total; e 37,1% sem informação.

Já entre as vítimas: camponeses, 1.440; indígenas, 347; sem-terra, 209; assalariados rurais, 102; assentados, 82; garimpeiros, 56; quilombolas 22 e seringueiros, 10. E, segundo o seu papel político: presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, 17; dirigentes sindicais, 66; lideranças camponesas, 7; religiosos, 9; e advogados, 6.

Essa informação guarda relação com estudos recentemente publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro, de 2025, elaborados por um conjunto de pesquisadores e suas equipes. A obra oferece uma visão abrangente sobre os conflitos no campo, os atingidos e os agentes causadores, referentes ao período 1985-2023.

A CPT computa 14.681 ocorrências de violência contra a pessoa no Brasil, sendo 9.417 (64,1%) na Amazônia Legal. Dessas, 1.341 assassinatos (14,3%); 977 tentativas de assassinato (10,4%); 4.422 ameaças de morte (46,9%) e 2.677 prisões (28,4%) – dados que revelam graves violações dos direitos humanos, e não apenas assassinatos, o que é um traço estrutural do desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Quanto aos causadores da violência contra a pessoa, aparecem em primeiro lugar os fazendeiros, responsáveis por 51,7% de todas as ocorrências, seguidos pelo Estado, 16,4%; empresários, 13%; e grileiros, 10,2%. As mineradoras são apontadas como respon-



Foto: Marizilda Cruppe/ Greenpeace

sáveis por 1,9% das ocorrências, e um conjunto de outros agentes, 6,8% do total.

DAS METAS E DA URGÊNCIA DAS AÇÕES HUMANAS PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

As séries históricas da destinação das terras públicas, do desmatamento e dos assassinatos no campo na Amazônia brasileira registram fatos que ocorreram e ocorrem no mesmo espaço e ao mesmo tempo e que guardam relações de determinação, a partir da apropriação por alguns dos bens comuns, que deveriam e devem ser de todos, e do seu uso predatório.

Na Amazônia brasileira, e provavelmente em toda a Pan-Amazônia, quiçá em todos os países nos quais existem florestas tropicais, a conti-

nuidade do desmatamento resulta em redução dos importantes serviços ecossistêmicos produzidos pela Floresta Tropical, como o balanço positivo de CO₂e, a proteção da biodiversidade e o regime de chuvas.

Como no tema da substituição das fontes fósseis de energia (petróleo, carvão e gás natural) por fontes de energia renováveis, não se pode esperar isenção dos estados e das companhias petrolíferas para a fixação de metas e prazos.

Ademais, o tempo da destruição, do aquecimento global e das mudanças climáticas é muito mais rápido que o tempo da regeneração da natureza e das medidas de mitigação, donde a emergência das atividades humanas contra a crise.

A não observância desses princípios pelas conferências da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre o Clima (UNFCCC, sigla em inglês) le-

vou à aceitação de metas nacionais de redução de CO₂ insuficientes dos países ("partes") que mais emitiram no passado, e/ou mais emitem no presente, para se atingir a meta de deter a elevação da temperatura média superficial do planeta em mais 1,5°C. Essa meta, já ultrapassada, indica o fracasso do Acordo de Paris (COP 21).

São necessários, mas não bastam, o desmatamento zero e a abolição do uso dos combustíveis fósseis, antes dos seus respectivos esgotamentos, para enfrentar a crise climática e – menos ainda – a crise civilizatória; mas seriam passos importantes para superar este processo "destruidor das florestas e das nossas famílias", como diz o líder camponês amazônida Chico Barbudo.



Gilney Amorim Viana –
Ambientalista. Escritor. Professor Colaborador da UnB. Conselheiro da Revista Xapuri.



Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real



O AVÔ DAS ESPÉCIES

Eduardo Galeano

Em novembro de 1859, saiu da gráfica o primeiro exemplar de "*A origem das espécies*", de Charles Darwin.

No manuscrito original, o livro tinha outro nome. Se chamava *Zoonomia*, em homenagem a uma obra do avô de Charles, Erasmus Darwin.

Dom Erasmus havia engrandado catorze filhos e vários livros. E, setenta anos antes que seu neto, tinha advertido que tudo o que na natureza brota, navega, caminha ou voa tem uma origem comum, e essa origem comum não era a mão de Deus.



Eduardo Galeano – Escritor (in memoriam), em "*Os Filhos do Dias*", Editora L&PM, 2ª edição, 2012

Pintura: National Portrait Gallery London x



DEMOCRACIA EM COLAPSO, POVOS EM EXTINÇÃO: O RETRATO YANOMAMI NO BRASIL

Amanda Nascimento



Foto: Alex Reipert/Unifesp



O colapso humanitário na Terra Yanomami durante o retrocesso civilizatório, entre 2019 e 2022, expõe a falência moral e política de uma democracia que ainda não aprendeu a chegar à floresta.

A democracia brasileira sangrou em silêncio. Enquanto discursos de poder ecoavam em Brasília, corpos Yanomami definhavam em meio ao ouro, à fumaça e ao mercúrio. O que parecia uma pauta distante, “crise humanitária”, “garimpo ilegal”, “falência institucional”, escancarava uma verdade mais dura: a democracia, quando não chega às florestas, não é democracia.

Entre 2019 e 2022, o país viveu um retrocesso civilizatório. Sob Jair Bolsonaro, leis ambientais foram flexibilizadas, órgãos como Funai e Ibama desmontados, e a proteção territorial dos povos originários tornou-se letra morta. A “boiada” passou, levando consigo rios contaminados, aldeias desnutridas e vidas perdidas.

QUANDO O ESTADO OMITE, O GARIMPO GOVERNA

A Terra Indígena Yanomami, entre Roraima e Amazonas, é lar de mais de 30 mil pessoas. Mesmo assim, foi invadida por cerca de 20 mil garimpeiros, com a conivência explícita do Estado. O som das aeronaves clandestinas e das dragas substituiu o canto dos xapiri, os espíritos protetores da floresta.

“Os brancos matam o céu e a terra”, escreveu Davi Kopenawa em *A Queda do Céu*. Ele não falava em metáforas. Falava da morte concreta: dos rios cobertos de mercúrio, das crianças sem comida, das doenças trazidas por quem só conhece o ouro.

A omissão foi tamanha que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) precisou acionar o Supremo Tribunal Federal na ADPF

709, exigindo que o governo cumprisse o básico: proteger vidas. Mesmo assim, as medidas ficaram no papel. A floresta gritou, e ninguém escutou.

O RACISMO QUE CONTAMINA OS RIOS

O que matou os Yanomami não foi apenas o garimpo. Foi o racismo institucional que decide, de forma sistemática, quem merece viver e quem pode morrer. O chamado “racismo ambiental” é, na prática, uma política de extermínio travestida de descaso.

Permitir que comunidades racializadas sejam contaminadas, violentadas e esquecidas é escolher o lado da morte. E o Estado brasileiro, por quatro anos, escolheu. Eunice Paiva, em *O Estado contra o Índio*, já denunciava há décadas essa engrenagem: o Brasil protege o lucro e expropria a vida.

Sob Bolsonaro, essa lógica atingiu o paroxismo – a terra virou mercadoria, e os povos originários, obstáculos ao progresso. Mas o que chamam de progresso é apenas o nome moderno de um velho genocídio.

DEMOCRACIA DE SUPERFÍCIE

A Constituição de 1988 prometeu um país plural, livre e soberano. Prometeu o direito à terra, à saúde, à vida digna. Mas entre a promessa e a prática abriu-se um abismo. O Estado que deveria garantir direitos tornou-se cúmplice da destruição.

A democracia, como ensina a teoria da democracia defensiva, precisa se proteger dos que a corroem por dentro. E foi exatamente o que falhou: os instrumentos democráticos foram usados para atacar os mais vulneráveis.

Entre as ruínas institucionais, restaram corpos indígenas, rios envenenados e o eco de uma pergunta: que valor tem uma democracia que não protege os que chegaram primeiro?

O GRITO YANOMAMI COMO ESPELHO DO BRASIL

O caso Yanomami é mais que um desastre humanitário, é o retrato de uma democracia capturada por

interesses privados, onde o silêncio institucional se transforma em arma. Quando o governo cala, o garimpo fala, e fala com tiros, com febre, com fome.

REERGUER O QUE FOI DEVASTADO

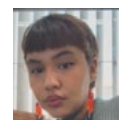
Reconstruir o Brasil exige mais do que restaurar ministérios e Conselhos. É preciso refundar o pacto democrático sobre bases plurais e vivas, onde os povos indígenas não sejam “assistidos”, mas protagonistas. Onde a floresta não seja “recurso”, mas território sagrado. Onde o conhecimento de Davi Kopenawa valha tanto quanto o de qualquer ministro.

“Os brancos não sabem parar”, diz o xamã. Talvez, então, o desafio da nossa democracia seja aprender a parar, ouvir, respeitar e proteger.

Enquanto o ouro continuar valendo mais do que a vida, o Brasil continuará doente. E enquanto a democracia não chegar aos rios e aldeias, continuará incompleta.

O FUTURO QUE AINDA PODE NASCER

A Terra Yanomami é um espelho, e nele o Brasil vê sua própria ferida. A democracia não pode ser apenas um sistema político; precisa ser um modo de existência. Democracia é o direito de existir com dignidade, cultura e floresta. O grito Yanomami é o grito da própria terra pedindo cura. E talvez seja desse grito que renasça um novo país.



Amanda Nascimento – De origem do povo Tabajara, jornalista socioambiental e pesquisadora em Comunicação e Democracia, escreve a partir da fronteira entre palavra e território. Sua escrita busca dar voz à floresta, às mulheres e aos povos que sustentam o país invisível.



ATLAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA REÚNE ARTIGOS ESCRITOS POR INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E RIBEIRINHOS

Rose Silva

***Publicação da Fundação Heinrich Böll
aborda desafios e potências da Amazônia
pela perspectiva dos e das amazônidas***

Lançado em maio deste ano pela Fundação Heinrich Böll no Brasil, o *Atlas da Amazônia Brasileira* (<https://br.boell.org/pt-br/2025/04/22/atlas-da-amazonia-brasileira>), organizado por Duda Meireles e Marcelo Montenegro, reúne 32 artigos escritos por 58 autores e autoras – entre eles/as 19 indígenas, 5 quilombolas e 2 ribeirinhos – com o objetivo de apresentar as perspectivas e os desafios da região pelo olhar dos próprios e das próprias amazônidas.

A publicação discute saberes, desafios e potenciais da maior floresta tropical do planeta, com dados sobre ancestralidade e ciência local que desafiam a lógica colonial e buscam caminhos para soluções climáticas sustentáveis e justas. A iniciativa pretende ampliar o debate sobre justiça climática e territorial, em um ano marcado pela realização da

COP30, que acontecerá na Amazônia brasileira.

Segundo Marcelo Montenegro, coordenador da área de Justiça Socioambiental da Fundação Heinrich Böll no Brasil e coorganizador do Atlas, existe uma visão limitada de que a Amazônia é apenas floresta, quando na verdade há uma riqueza social, cultural e urbana que muitas vezes fica invisibilizada.

AMAZÔNIA URBANA

“A gente mal sabe que 75% da população da Amazônia é urbana. Tem povos e comunidades que há muito tempo trabalham na relação com a natureza, com formas de proteção e preservação ambiental e com a construção de um bem viver cada vez mais sustentável. É preciso colocar quem está nos territórios para ter um papel de protagonista nesses debates.”

O editorial da obra destaca que “entre 2019 e 2022, a Amazônia registrou recordes de desmatamento – principalmente para abertura de pastagens destinadas à criação de gado. O garimpo ilegal em áreas protegidas, sobretudo em Terras Indígenas, cresceu 90%, e o número de pessoas com registro de armas na Amazônia Ocidental aumentou 1.020%, impulsionado pelo avanço da extrema direita.

Ao mesmo tempo, em 2022, a região concentrou mais de um quinto dos assassinatos de defensores do meio ambiente em todo o mundo: foram 39 ativistas mortos naquele ano.”



Rose Silva – Jornalista, via Revista Focus Brasil: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/10/21/atlas-da-amazonia-brasileira-artigos-de-indigenas-quilombolas-e-ribeirinhos/>

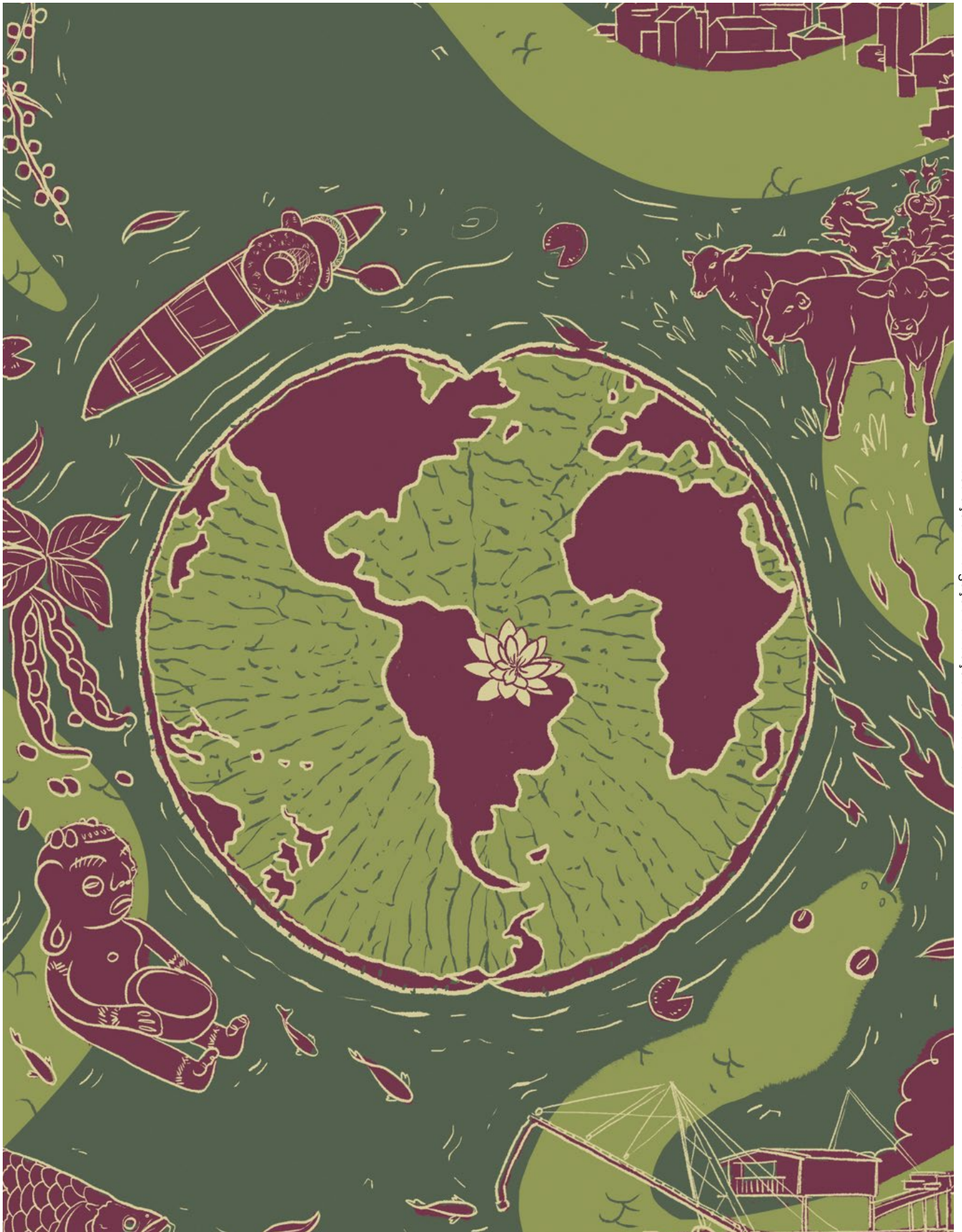


Ilustração: Divulgação Fundação Heinrich Böll

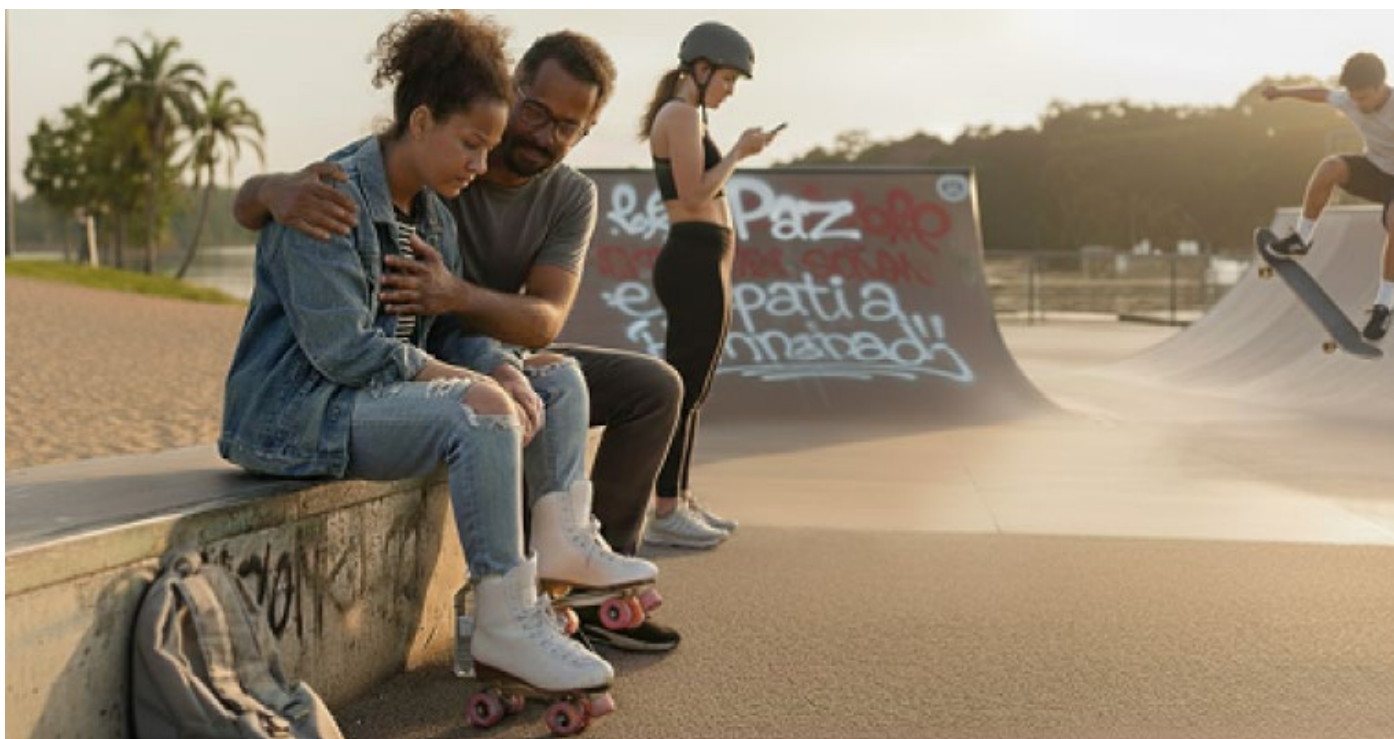


Foto: TaQuiprati

A CHACINA DO RIO: PATINS, DOR E INDIFERENÇA

— José Bessa Freire

Minha filha tem aulas semanais de patins – um esporte radical que deixaria seus avós ainda mais aflitos, se isso fosse possível. De vez em quando, ela chega em casa com hematomas pelo corpo e um sorriso nos lábios, afirmando não sentir dor alguma. Mas, na última quinta-feira, foi diferente.

Ela chegou chorando, com uma grande dor no peito. Pensei que tivesse tentado realizar alguma manobra difícil sem sucesso. Perguntei onde doía e ela, aos prantos, respondeu:

– A dor é no coração, papai. Minha instrutora de patins, a quem tenho em grande estima, ao comentar a chacina do Rio, disse que era totalmente indiferente ao caso.

Minha filha, que sempre viu sua instrutora como uma mulher forte – uma patinadora que quebrou tabus, enfrentou uma sociedade conservadora e se tornou um símbolo de rebeldia a ser seguido – se decepcionou profundamente.

– Pai, como ela pode ser indiferente? A vida não é o bem mais precioso? Ela é cristã! O que Cristo faria? Será que Ele acharia certo matar ou ser indiferente?

Fiquei em silêncio. Olhei para ela – o rosto ainda molhado de lágrimas, as joelheiras pendendo dos ombros. Senti, então, o peso de um tempo em que a dor alheia virou ruído de fundo.

Como explicar a uma adolescente que a indiferença virou moda? Que “bandido bom é bandido

morto” virou slogan de governo? Que a lucidez agora é um esporte radical – e sem capacete? Dane-se o mundo que eu não sou Raimundo?

A BARBARIDADE

O que aconteceu no Rio não é novidade – e talvez isso seja o mais triste. Há décadas, as chacinas se repetem como se o país tivesse perdido a capacidade de aprender com o próprio horror.

Em 1993, os tiros da Candelária silenciaram oito crianças que dormiam nas calçadas do Centro. Pouco depois, em Vigário Geral, vinte e um inocentes foram fuzilados enquanto jantavam, rezavam, tocavam violão.

Nos anos seguintes, em Nova Brasília, em 1994 e 1995, o Estado entrou atirando e deixou corpos e órfãos espalhados pelo Alemão.

Veio a Baixada, em 2005, com vinte e nove mortos numa só noite – recorde de brutalidade e covardia.

Depois, o Jacarezinho, em 2021, com vinte e oito corpos num beco onde moravam sonhos.

E o Salgueiro, no mesmo ano, onde nove vidas foram retiradas do mangue como se não fossem vidas.

Muda o nome da favela, mas o roteiro é o mesmo: a polícia entra, o governo aplaude e o povo enterra seus filhos. Enquanto isso, os verdadeiros chefes do crime, de terno e gravata, aliados de alguns governos, seguem com o sangue limpo nas mãos bem lavadas – e a consciência esterilizada. Esses bandidos não são bons, por isso não são mortos.

Durante e depois da chacina, a comunidade fica em suspenso – como se o ar ficasse mais pesado e o tempo parasse. As portas se fecham cedo, as crianças faltam

à escola, os hospitais e postos de saúde adoecem, os comércios abaixam as grades antes do pôr do sol. O barulho dos helicópteros substitui o canto dos passarinhos, e os tiros ecoam na memória mesmo quando o silêncio volta.

Os moradores, que já vivem com pouco, passam a viver com mais medo. O menino que jogava bola na rua agora não sai mais de casa. A mãe que vendia quentinhas perde o sustento porque a polícia “ainda não liberou a área”.

A aprendizagem do medo se dá até nas creches. A neta de 3 anos de um morador da favela, quando um carro passou na rua com o tubo de escape furado disparando uma sequência de rajadas, atirou-se no chão gritando: – Tiro, tiro.

E o luto se espalha sem cerimônia – não há velório, não há tempo, não há justiça. Mas a violência não brota do chão – ela é plantada. A falta de escola, de emprego, de moradia digna e de lazer são sementes férteis para tragédias. Quando o Estado de-

saparece das políticas públicas e aparece apenas de farda e fuzil, ele ensina que o medo vale mais do que a esperança.

Mas há algo mais profundo, invisível, sustentando essa indiferença. Talvez tudo isso tenha relação com o que os psicólogos chamam de Teoria do Gerenciamento do Terror – a ideia de que, diante da lembrança constante da morte, as pessoas se agarram às suas crenças, ideologias e símbolos para tentar se proteger do medo. Assim, o horror da violência não gera empatia, mas reforça fronteiras: o “nós” e o “eles”, o “cidadão de bem” e o “bandido”.

É um escudo psicológico: ao ver a morte do outro, fingimos estar mais vivos. Ao negar a humanidade de quem sofre, acreditamos preservar a nossa.

E o governo do Rio acha que vai resolver tudo isso matando. Ou finge achar. Porque é mais fácil vender segurança do que construir justiça. Mais rápido mandar o caveirão do que reformar a es-



Foto: Tânia Régio/Agência Brasil

cola. Mais barato enterrar meninos do que garantir que tenham um futuro.

E, como se não bastasse o descaso oficial, há ainda quem transforme a ignorância em espetáculo. Influenciadores sem conhecimento científico, social ou humano – como o ignóbil Arthur do Val, ao afirmar que “a criminalidade é culpa da mãe do criminoso” – multiplicam preconceitos e desumanizam quem já nasceu à margem. Suas palavras, ditas com o verniz da irreverência, alimentam a crença de que pobreza é pecado e a violência, castigo. Assim, colaboram para a chacina mais silenciosa de todas: a da lucidez.

Diante de tanta repetição da dor, talvez o mais grave não seja a violência em si, mas o que ela tem feito conosco – o esvaziamento do sentir.

O SENTIMENTO

Parece que o Brasil desaprendeu a sentir.

Vivemos um tempo em que a dor precisa de audiência para ser reconhecida. O sofrimento, se não viraliza, não comove. A tragédia precisa de trilha sonora e legenda indignada para – quem sabe? – durar até o próximo clique.

A empatia virou um luxo de quem ainda pode parar para pensar. E a comoção, um produto que se consome antes do jantar.

Mas a dor – a verdadeira dor – não se mede em curtidas nem em manchetes. Ela mora nos becos onde a bala perdida sempre acha um corpo. Nos olhos de quem enterra um filho e volta pra casa com a roupa coberta de pó e silêncio. Mora, também, nas perguntas de uma menina que ainda acredita

que o amor é o centro do mundo – e se espanta ao ver adultos tratando a vida como descartável.

Quando minha filha me perguntou como alguém podia ser indiferente, pensei em responder com teorias, com política, com filosofia. Mas percebi que tudo o que eu precisava dizer cabia num gesto simples: abracei-a. E, naquele abraço, compreendi que talvez amar seja o último ato de lucidez possível num país que banalizou a barbárie.

Porque o dia em que o amor deixar de doer, meu caboco, será o dia em que deixaremos de ser humanos. E talvez, até lá, o melhor que possamos fazer seja continuar tentando manter o equilíbrio – mesmo que o chão seja áspero.



José Bessa Freire. – Professor. Indigenista. Conselheiro da *Revista Xapuri*. Escritor. Cronista em <https://www.taquiprati.com.br/>



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil



O PRENÚNCIO DA NUVEM

Antenor Pinheiro, especial de *Porto Nacional/TO*, Brasil



Foto:Antenor Pinheiro

No horizonte do Tocantins, a nuvem em prateleira dobra-se como um véu sobre a terra quente, sopra do céu que anuncia o desequilíbrio entre o úmido e o árido, entre o tempo que era e o tempo que vem. Mais do que espetáculo atmosférico, é prenúncio. Na transição entre o cerrado e a amazônia a paisagem, metade cerrado, metade floresta, torna-se metáfora viva da fronteira que respira ofegante, avisa a natureza! Densa a levantar, a nuvem parece carregar em seu ventre os vapores de biomas feridos, o hálito dos rios, o grito dos bichos que pressentem a chuva devastadora. Anuncia o de-

sequilíbrio entre o calor acumulado e a umidade que ainda resiste nas florestas e nos campos abertos das matas de transição. Traduz a tensão da transição natural amazônia-cerrado. O sistema que regula o ciclo das chuvas agora reage às queimadas, ao desmatamento e ao aquecimento global. A nuvem revoltosa é a atmosfera se curvando sobre o destino da floresta e dos arbustos tortos, como se quisesse lembrar a todos nós de que cada tempestade que se avizinha é também um pedido de socorro, um poema de vapor escrito no ar quente do céu. A cada surgimento a brava nuvem envia sinais

de exaustão e de força, lembra-nos que proteger a amazônia e o cerrado é também proteger o próprio ritmo do céu, das águas e da vida.



Antenor Pinheiro -
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.



ESPAÇO

Chico Mendes e Fundação BB na COP 30

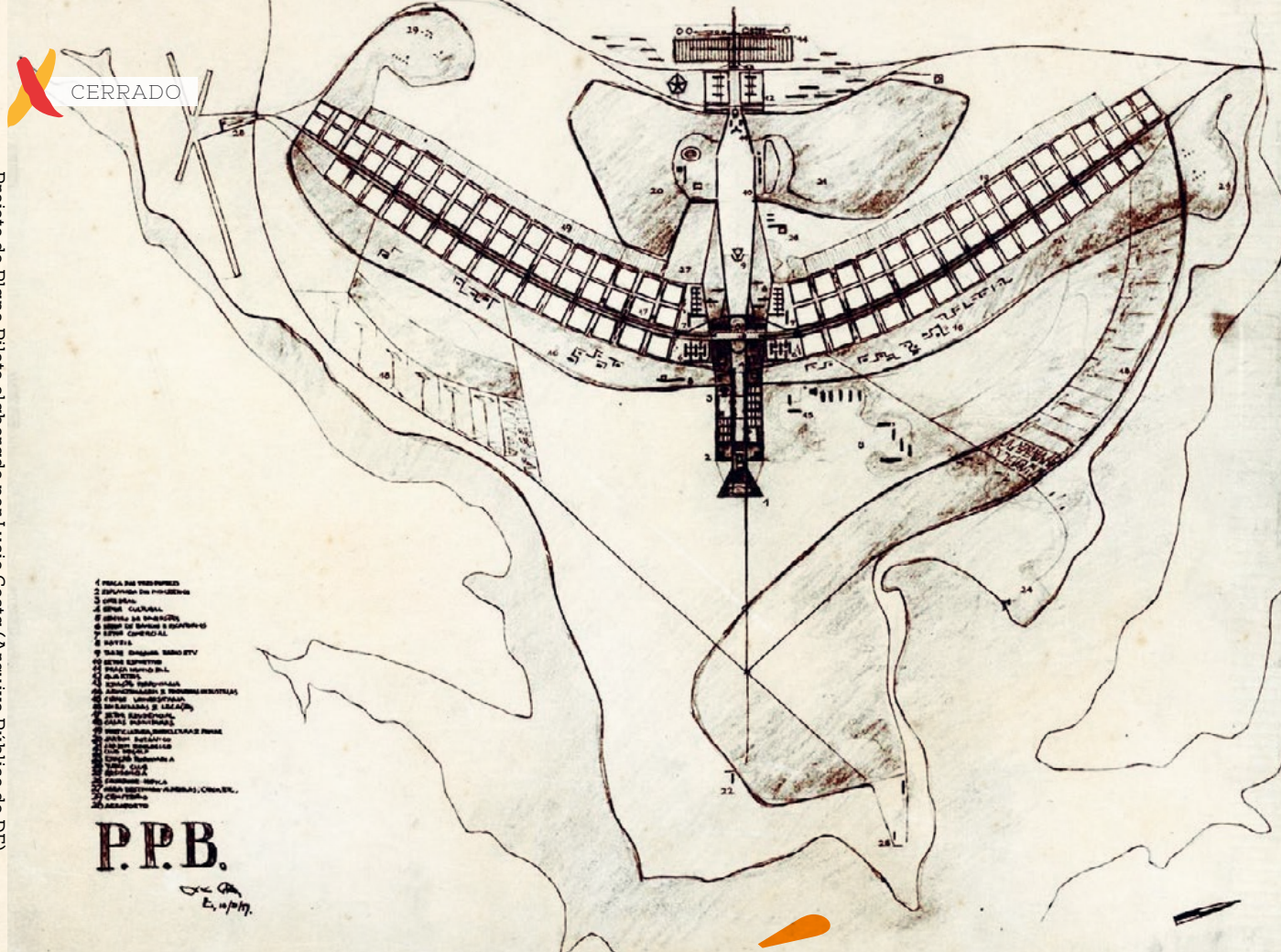
Conheça a casa das
Populações Tradicionais
na Cúpula do Clima





Visite o hotsite:
www.espaçochicomendes.org





BRASÍLIA

MUDANÇAS RADICAIS E O PORTAL DA SAPOPEMA

Altair Sales Barbosa

Inaugurada em 21 de abril de 1960, para ser a Capital Federal, Brasília, tal qual um portal invisível, como o portal da Sapopema da mitologia brasileira, permitiu quase que de repente a passagem de uma realidade para outra de dimensões e possibilidades incomensuráveis, não permitindo as acomodações e adaptações necessárias para absorção dessas novas realidades.

No início, houve uma intensa migração interna de pessoas oriundas de outras partes do país, que se deslocavam até o Planalto Central em busca de empregos, negócios e ou-

tras oportunidades. E houve também um impacto acanhado sobre o meio ambiente natural e social, que tomou proporções incalculáveis à medida que o tempo foi passando e as estruturas foram-se sedimentando.

Esse impacto é o resultado da criação de infraestruturas básicas, viárias, energéticas, mudanças de comportamento etc. E atinge sinais de descontrole, uma década depois, com a entrada em larga escala do capital multinacional, que muda radicalmente a configuração do Cerrado.

Entretanto, embora Brasília, tenha sido construída em tempo "re-

corde", quase que como um passe de mágica, a ideia da mudança da Capital Federal, do litoral para o centro do Brasil, é um fato que veio ganhando corpo desde o final do século XIX até meados do século XX.

Para a concretização dessa ideia, alguns elementos são cruciais para sua compreensão e concretização. Parte dessa iniciativa foi muito bem planejada, mas alguns elementos inusitados de importância também fundamental necessitam ser devidamente pontuados. O primeiro desses elementos trata-se do "sonho de Dom Bosco".



São João Bosco, padre italiano nascido na cidade de Castelnuovo D'Asti em 1815, tendo vivido até 1888, foi o fundador da Pia Sociedade São Francisco de Sales, também conhecida como Ordem ou Congregação Salesiana.

Os relatos sobre sua biografia realçam que, desde os nove anos de idade, tinha visões que se manifestavam através de sonhos. Num desses sonhos viu uma cidade sendo erguida no centro da América do Sul, ao lado de um lago, entre os paralelos 15º e 20º de latitude sul, que basicamente corresponde ao espaço geográfico, onde mais tarde seria construída Brasília. Segundo o sonho, esta localidade seria o "Paraíso", com vários elementos simbólicos que podem ser confundidos com fartura.

Não se sabe até que ponto o sonho de Dom Bosco influenciou os intelectuais e políticos brasileiros. O fato é que quando os militares, chefiados pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, com apoio da elite urbana e agrária do país e por parte da igreja católica, descontentes com a libertação dos escravos, proclamam a República, em 1889, e retiram do trono D. Pedro II e todos os seus aliados, colocam na primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, a ideia da mudança da capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Brasil, onde seria cartografado um quadrilátero, para no local ser construída a Capital do Brasil.

Para a demarcação desse quadrilátero, era necessário trabalho envolvendo especialistas, tanto em Topografia como em Engenharia, Botânica, Geologia e outros ramos da História Natural.

A EXPEDIÇÃO CRULS

Nesse sentido, e para tal finalidade, foi criada a que mais tarde ficaria conhecida como "Expedição Cruls", pois teve no seu comando Louis Cruls.

Louis Ferdinand Cruls, que nasceu na Bélgica em 1848 e morreu

em Paris em 1908, era um astrônomo de respeito internacional. Viveu como profissional a maior parte da sua vida no Brasil, onde era conhecido pelo nome Louis Cruls. Amigo do Imperador D. Pedro II, aceitou deste o convite para dirigir o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Antes, porém já havia realizado alguns trabalhos em território brasileiro.

Quando a República do Brasil foi proclamada, os militares exilaram diversos amigos de D. Pedro II, ou opositores ao novo sistema político. Isso era considerado um ato de prudência, para evitar revoltas internas.

Entretanto, os líderes da República não queriam ficar órfãos dos conhecimentos e da utilidade de Louis Cruls, mas também não era prudente que este ficasse no Rio de Janeiro. Criou-se então uma comissão para explorar o Planalto Central do Brasil e estabelecer as bases cartográficas para a instalação da futura capital como previa a Constituição Republicana de 1891.

O comando dessa comissão foi dado ao astrônomo Louis Cruls, uma espécie de exílio disfarçado. Este, então chefiando uma grande expedição de especialistas, monta sua base na cidade de Pirenópolis em Goiás e, a partir deste local, realiza vários estudos, incluindo trabalho topográfico que resultou na demarcação do quadrilátero onde seria construída a cidade de Brasília.

Após longos estudos na região. A comissão Cruls coleta uma série de dados que permite a elaboração de minucioso relatório, contendo informações sobre Climatologia, Hidrografia, Geologia, Botânica, Zoologia, Astronomia e Geodésia.

Um século depois, em 1998, o Decreto número 19.349, de 22 de junho de 1998, do governo do Distrito Federal, assinado pelo então governador Cristovam Buarque, cria a Comissão Louis Cruls, destinada a estudar e difundir a vida e a obra do astrônomo belga, de mesmo nome, e sua importância na história de Brasília.

A Constituição de 1891, primeira de nossa história republicana, em seu Artigo 3º, estabeleceu "Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal".

Para consolidar essa determinação constitucional, em 1892 foi criada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, coordenada pelo chefe do Observatório Nacional, Louis Cruls, cuja missão foi a de analisar o melhor sítio, no Planalto Central, para a localização da futura Capital.

A escolha do local recaiu sobre o trecho do Planalto Central onde se localizam as cabeceiras dos tributários das três maiores bacias hidrográficas brasileiras: o rio Maranhão, afluente do Tocantins, pertencente à Bacia Amazônica; o rio Preto, pertencente à Bacia do São Francisco; e os rios São Bartolomeu e Descoberto, pertencentes à Bacia do Paraná.

A forma escolhida para a delimitação das terras do novo Distrito Federal foi a de um quadrilátero, formado por dois arcos de paralelo e dois arcos de meridiano, justificada não só pela possibilidade de surgirem menos problemas de limites, como pela maior facilidade de demarcação.

Os vértices NW, NE, SE e SW, designados respectivamente A, B, C e D, deveriam ter as seguintes coordenadas: Latitude S e Longitude W de Greenwich: Ponto A 15º 10' 0" e 3h 15m 25s; Ponto B 15º 10' e 3h 9m 25s; Ponto C 16º 8' 35" e 3h 9m 25s; Ponto D 16º 8' 35" e 3h 15m 25s.

Observa-se que o sistema adotado registrava as longitudes em horas, a partir de Greenwich e não em graus. Como cada hora corresponde a 15 graus, é fácil fazer a correção. Entretanto, no período de mais de um século, torna-se necessário corrigir as distorções causadas pelo polo magnético da Terra.

O grupo dividiu-se em quatro turmas, tendo, cada uma delas, a missão de determinar no terreno a posição de um dos vértices do quadrilátero.

A turma que assinalou o vértice noroeste foi chefiada por Augusto Tasso Fragoso; a que marcou o vértice sudoeste foi chefiada por Luiz

Cruls; a que definiu o vértice nordeste, por Julião de Oliveira; e a turma que assinalou o vértice sudeste, por Henrique Morize.

Este foi na verdade o primeiro trabalho concreto sobre a transferência da capital, já que o tema, embora muito discutido desde a chegada da D. João VI ao Brasil, em 1808, merecendo até um estudo aprofundado do historiador e diplomata Varnhagem (1877), não passava de pura questão teórica.

A MISSÃO RONDON

Quase à mesma época, é bom que se destaque, teve início o que mais tarde seria conhecida como Missão Rondon. Chefiada por Candido Mariano da Silva Rondon, tinha como objetivo principal o estabelecimento de uma linha telegráfica que ligasse o Estado de Goiás a Mato Grosso e, mais tarde, estender até o então Território de Guaporé, atual Estado de Rondônia.

Constavam também dos objetivos a abertura de estradas ligando Cuiabá ao centro do país e o contato com povos indígenas arredios, dentre os quais Pareci, Nambiquara, Parintintin, Pakaás-Nova, Xa-

vante etc., que se encontravam no caminho das linhas telegráficas.

Nota-se que já se encontravam em marcha, desde o início da República, trabalhos visando à conquista do interior do Brasil. Também merece destaque, entre os fatos que foram consolidando a mudança da Capital Federal, o projeto do Deputado Federal por Goiás Americano do Brasil, por ocasião das comemorações do centenário da Independência, em 1922, que incluía entre as atividades o lançamento da Pedra Fundamental da futura capital.

A PEDRA FUNDAMENTAL

Aprovado o projeto, o então Presidente Epitácio Pessoa baixa o Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922, determinando o assentamento da "Pedra Fundamental".

Para tal, designa como encarregado de tal tarefa o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro de Goiás, com sede em Araguari, Minas Gerais. Em 07 de setembro de 1922, a tarefa foi concretizada, e a pedra foi assentada no Morro do Centenário, a 9 km da cidade de Planaltina.

A partir daí, a ideia da mudança da capital continuou sendo mantida constitucionalmente, por meio da promulgação da nova Constituição da República de 1934.

Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial, cresce o desejo e talvez a necessidade da conquista de espaços no interior do Brasil, associados sempre à mudança da nova capital. Entretanto, os "sertões de dentro" eram quase que desconhecidos, desprovidos de infraestrutura básica e povoados por povos indígenas, muitos dos quais situados em áreas estratégicas do ponto de vista do avanço da ocupação "nacional" e ainda arredios, fato que colocava em perigo a interiorização ou ocupação definitiva do interior do Brasil.

A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU

Nesse sentido é criada a Fundação Brasil Central, na qual têm papel de destaque o Coronel Vanique e o sertanista e mais tarde Professor Acary de Passos Oliveira.

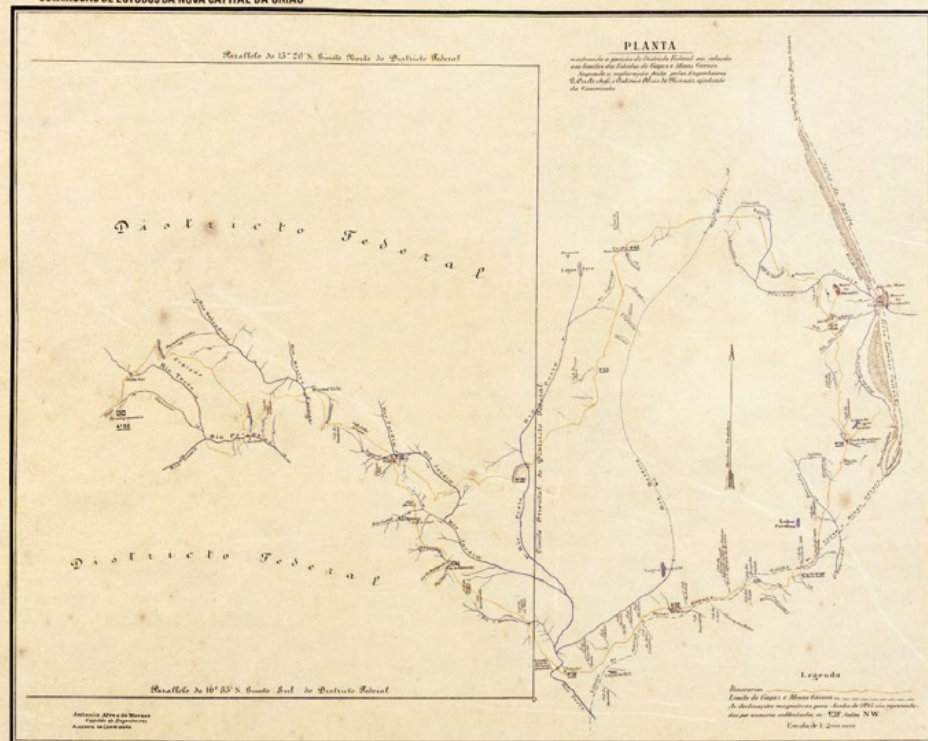
A Fundação Brasil Central estruturou diversas expedições, dentre as quais a Expedição Roncador-Xingu, em que se destaca a participação dos irmãos Vilas Boas, Leonardo (1918-1961) Claudio (1916-1998) e Orlando (1914-2002), e a expedição que mais tarde pacificaria os Xavante, chefiada por Francisco Meirelles, cujo trabalho como sertanista continuará mais tarde em áreas de Mato Grosso e o atual Estado de Rondônia.

Na introdução do seu livro *Roncador-Xingu - roteiro de uma Expedição*, o Professor Acary de Passos Oliveira ressalta:

"A imprensa brasileira agitou a opinião pública, dedicando uma série de artigos à Expedição que se organizava por iniciativa do coordenador da Mobilização Econômica, Ministro João Alberto Lins de Barros, em colaboração com o Ten. Cel. Flaviano de Matos Vanique, Francisco Brasileiro e outros.

As críticas variavam de um jornal para outro. Havia comentários cons-

COMISSÃO DE ESTUDOS DA NOVA CAPITAL DA UNIÃO





trutivos, nos quais escritores e jornalistas estimulavam os expedicionários, com palavras entusiásticas, cheias de fé e civismo, concitando-os a levar avante essa feliz iniciativa, de uma finalidade tão profunda, vez que iriam desbravar regiões até então desconhecidas e auxiliar na formação de um Brasil maior.

Outra corrente atacava sem dó nem piedade os iniciadores da arrojada imprensa, alegando entre outras razões que a expedição iria provocar o ódio sempre latente entre os indígenas, habitantes da região, que seria palmilhada prejudgando o início de uma cruenta guerra de extermínio entre brancos e índios.

Várias entrevistas foram concedidas pelo Ministro João Alberto e pelo Cel. Vanique sobre os motivos que determinaram a Expedição - a abertura de uma estrada que fizesse a ligação do Sul com o Norte, fixando núcleos populacionais ao longo da futura estrada que seria aberta.

Essa era a versão oficial; outra, entretanto, era a finalidade: vários navios brasileiros estavam sendo torpedeados na costa Brasileira e, após a vigésima terceira vítima, afundada nas profundidades de Cabo Frio, as autoridades da cúpula, perante o Estado Maior do Exército, chegaram à conclusão sobre a vulnerabilidade do Governo Federal no Rio de Janeiro ou em outro qualquer ponto do litoral.

Em caso de ataque, para onde transferir a sede do Governo? Entre outras sugestões, corporificou a de se construir uma estrada interiorana, para, se necessário, o Poder Central se deslocar para lugar que oferecesse melhor proteção. Esse o motivo principal de criação da Expedição, que recebeu a denominação de Expedição Roncador-Xingu, tendo em vista o roteiro traçado para sua execução.

Para decepção daqueles que ainda tinham dúvidas sobre a viabilidade do audacioso projeto de penetração, em curto período transformado em realidade, houve na Basílica de São Bento, no coração de São Paulo, mesmo local onde, centenas de anos passados, as Bandeiras que se des-



Foto: Acervo Ferdinando de Souza

tinavam aos sertões desconhecidos em busca de riquezas e sonhos, recebiam as bênçãos celestiais e a esperança de maiores felicidades em toda a jornada, um solene *Te-déum*, oficiado pela Abade-Prior, acompanhado de um coro de centenas de vozes, enquanto era abençoado o Pavilhão Nacional, bordado a ouro por mãos carinhosas das senhoras paulistas e entregue ao Ministro João Alberto, que o transferiu para um membro da Expedição.

Ao término da cerimônia, o Dr. Gofredo da Silva Teles proferiu vibrante alocução, da qual conseguimos gravar o seguinte trecho, referindo-se ao Pavilhão Nacional:

"Levantai-o seguidamente, sobre os campos e matas de nossa terra. Levantai-o nos sertões do Araguaia, no Rio das Mortes e no Xingu... E ao término vitorioso da jornada, levantai-o sobretudo nos cimos lendários da Serra do Roncador para onde se dirigem nossas esperanças de pioneiros. Alçai-o mais e mais, tanto quanto puderdes. O simbolismo da bandeira, erguida no clareira radiante das alturas, dar-nos-á, para sempre, o sentido de nossa obra em favor de nossa Pátria."

Terminada a belíssima e comovedora solenidade, os expedicionários, muitos dos quais filhos de Piratininga, embarcaram por via férrea com destino à cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, prosse-

guindo em caminhões e jardineiras para o povoado conhecido como Barra do Garças, hoje "Aragarças", ponto escolhido para o início dos trabalhos de penetração do desconhecido.

AS COMISSÕES DE LOCALIZAÇÃO E AS FIGURAS DE SERAFIM DE CARVALHO E TONQUINHO JK

A ideia da mudança da capital do litoral para o interior continua cada vez mais forte, juntamente com os processos de interiorização do país. Nesta ótica, a Constituinte de 1946 mantém viva essa chama e, entre este ano e o ano de 1953, várias comissões de localização do sítio para a possível construção de uma nova capital no interior do país foram organizadas.

A última foi no Governo do Presidente Café Filho e teve como seu coordenador o Marechal José Pessoa - 1954, do Serviço de Cartografia do Exército. Integrava essa comissão o urbanista Affonso Eduardo Reidy. Essa comissão vai ser a responsável pela escolha definitiva do local onde hoje está implantado o Plano Piloto, dentro do antigo quadrilátero estabelecido anteriormente por Cruls.

A comissão de Pessoa sugeriu também o nome Vera Cruz para a futura capital, caso fosse constituída. Aliás, a mesma designação sugerida por Cruls.

Em 1955, Juscelino Kubistchek de Oliveira, que já havia sido Prefeito de Belo Horizonte (1940/45) e Governador de Minas Gerais (1951/55), com apoio de políticos mineiros, dentre os quais Benedito Valadares, inicia um processo para se candidatar à Presidência da República pelo PSD (Partido Social Democrata) e outras alianças. Foram seus concorrentes o General Juarez Távora, pela UND (União Democrática Nacional), Ademar de Barros pelo partido PSP (Partido Social Progressista) e Plínio Salgado pelo Partido Republicano Popular (PRP).

Tudo previa, como realmente aconteceu, uma eleição muito concorrida, e as chances de Juscelino eram mínimas, pelo menos no início da campanha, embora este viesse acompanhado da fama de ser grande inovador e bastante dinâmico nas administrações que teve em Minas Gerais, e também como deputado. É nesse contexto que entra a figura de Serafim de Carvalho.

Serafim de Carvalho, nascido em Jataí, Goiás, cursou medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, em meados da década de 1930, sendo contemporâneo de Juscelino, que também cursava medicina na mesma Universidade. Embora não fossem da mesma turma, entre ambos surgiu uma forte

amizade, que aumentou quando os dois fizeram a residência no Hospital São Lucas, em Belo Horizonte.

No seu retorno a Jataí, Goiás, Serafim de Carvalho entrou quase que acidentalmente na política, organizando o PSD local, em oposição à forte pressão que Jataí sofria de Rio Verde, cidade vizinha. Como político, Serafim de Carvalho fez como seu candidato a Governador de Goiás José Feliciano Ferreira, que governou Goiás de 1958 a 1960, mostrando grande pujança administrativa.

Quando Serafim de Carvalho soube das pretensões de Juscelino, quase que exigiu deste que o lançamento da sua candidatura se desse na cidade de Jataí. E assim tudo foi acertado para tal.

Na cidade, foi preparado um grande palanque na praça, hoje denominada Diomar Menezes. Entretanto, na hora do comício, caiu uma tromba d'água na cidade, impedindo a realização do evento naquele local. Por iniciativa de Serafim de Carvalho, Juscelino foi então encaminhado para um galpão, onde funcionava uma oficina mecânica. No local havia um caminhão que estava ali para ser consertado.

A chuva foi responsável pela dispersão da multidão. Ficaram algumas pessoas que acompanharam a

comitiva até o galpão. Entre estes estava Antônio Soares, que mais tarde será conhecido como Toniquinho JK.

Já no galpão, Juscelino subiu até a carroceria do caminhão, juntamente com outros políticos que ali se encontravam, e se propôs a não fazer discurso, e sim dialogar com a plateia.

Uma das intervenções foi de Antônio Soares, que indagou ao candidato, se caso fosse eleito cumpriria a "Constituição Federal". Juscelino prontamente respondeu que sim.

Antônio Soares então continuou: "A constituição reza que a Capital Federal deve ser transferida para o Planalto Central, o senhor é capaz de tal empreendimento?" Naquele momento possivelmente um brilho diferente saltara dos olhos de Juscelino.

Embora este como Prefeito e Governador fosse conhecido como grande tocador de obras, não constava no seu plano de "metas" a construção da nova capital, pois Juscelino sabia das dificuldades e da oposição que iria encontrar, proveniente dos políticos e diretores das empresas estatais acomodadas no Rio de Janeiro.

Todavia, Juscelino deve ter recordado da Pampulha e das pessoas geniais que o acompanhavam, dentre elas Oscar Niemeyer, Candido Portinari, Darcy Ribeiro etc. Saiu do improvisado comício, com uma nova visão sobre a elaboração do "Plano de Metas" e empunhou a Bandeira da construção da nova Capital, que seria denominada Brasília e não Vera Cruz.

Ao empunhar tal bandeira, a candidatura de Juscelino Kubistchek de Oliveira, ganhou um novo impulso e começou a contagiar líderes políticos e eleitores situados fora do eixo Rio-São Paulo.

Consta que o nome Brasília já fora mencionado por José Bonifácio, o patriarca da Independência, em 1823. E sua inauguração se deu em 21 de abril de 1960, data escolhida em homenagem a Tiradentes.



Altair Sales Barbosa - Arqueólogo. Conselheiro da Revista Xapuri. Sócio-Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Pesquisador do CNPq. Pesquisador convidado da Universidade Evangélica de Goiás.



Ilustração: Desenho Imprensa Criativa

O MITO PORTAL DA SAPOPEMA

Sapopema é nome de uma raiz peculiar em virtude do seu tamanho e configuração. Essa raiz monumental se desenvolve junto ao tronco de algumas árvores da família *moraceae*, que ocorrem nos ambientes ribeirinhos.

A raiz chega a circular toda a planta, atingindo até mais de 3 metros de altura, e se alarga junto ao solo, formando espécies de abrigos, capazes de alojarem em seus compartimentos uma família nuclear.

Existe a crença entre os indígenas e caboclos brasileiros que entre essas raízes gigantes situa-se o local onde dormem os curupiras.

Ainda narra a história que na árvore, normalmente também designada sapopema, existe uma porta secreta, por onde as pessoas passam e entram numa outra dimensão, onde têm sonhos e visões delirantes que lhes mostram o passado e, em alguns casos, até o futuro.

Os sonhos permitem ainda aos que conseguem passar pelo portal entrarem em contato com os parentes e amigos que já deixaram este mundo.

O mito narra que, quando a pessoa retorna, mergulha num sono profundo e quando acorda se encontra muito disposta e entusiasta para enfrentar a labuta do dia a dia.

Nota da Redação: Esse mito foi coletado pelo Prof. Altair Sales Barbosa na Serra dos Pacaás-Novos, junto aos indígenas Parintintin, durante os trabalhos de contato com os indígenas Urueu-Wau-Wau (1986). As viagens maravilhosas através do portal devem ser, segundo Altair Sales, resultado do efeito de alguma bebida alucinógena. O local onde ocorre a sapopema é, segundo o autor, acolhedor e propício para essas práticas, muito comuns entre os povos indígenas do Brasil, grandes conhecedores dos segredos vegetais.

Fonte: <https://iasbrasilbr.org/o-mito-do-portal-da-sapopema/>.





Foto: Ricardo Stuckert/PR



A COP 30 E O DESAFIO GLOBAL DA DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA

Frederico Assis

A integridade da informação climática é um tema desafiador e urgente, que ganhou tração no processo da COP30. Ela é hoje compreendida como uma questão transversal e de alta sensibilidade: a desinformação está impedindo a humanidade de vencer a luta contra as mudanças do clima.

Impulsionados por interesses políticos, econômicos e ideológicos – e movidos por algoritmos opacos – conteúdos enganosos minam a confiança na ciência e nas instituições, enfraquecem políticas públicas, desmobilizam a opinião pública e alimentam narrativas que justificam a paralisia da ação coletiva.

Em um mundo hiperconectado e assolado por crises sobrepostas, a integridade da informação tornou-se uma base essencial para a construção de respostas coletivas aos desafios globais. Nenhum deles é tão incontornável quanto a emergência climática.

O Brasil reencontrou seu lugar no cenário global após um período de obscurantismo e isolamento internacional. Hoje, o país voltou ao centro das discussões multilaterais, impulsionado por uma diplomacia presidencial de alto nível sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O país retoma sua tradição diplomática de construir pontes, reafirmando seu compromisso com o multilateralismo, a paz e a busca por soluções conjuntas aos desafios da humanidade. Essa reaproximação se expressa em eventos recentes, como as cúpulas do G20 e dos BRICS, e culminará em Belém, na conferência climática mais importante da década.

O Brasil é historicamente um protagonista da agenda climática. Possui a Amazônia, fundamental para o equilíbrio do planeta; uma matriz energética majoritariamente limpa; e um presidente respeitado nos quatro cantos do globo.

Tudo isso ocorre no marco simbólico dos dez anos do Acordo de Paris, o que amplia ainda mais a responsabilidade do momento. Para corresponder a essa expectativa, o Brasil formou um time de excelência, liderado pelo embaixador André Corrêa do Lago e pelos *high-level champions* Dan Ioschpe e Marcelle Oliveira.

O ministro Fernando Haddad, que conduz brilhantemente o círculo de ministros da economia, e as ministras Marina Silva e Sônia Guajajara, referências mundiais na defesa do meio ambiente e dos povos originários, também integram essa estrutura.

UM NOVO PAPEL GLOBAL

Nesse espírito, a Presidência da COP 30 criou a figura dos Enviados Especiais – entre eles, o Enviado Especial para Integridade da Informação. A função é reunir demandas do setor e criar canais diretos com sociedade civil, especialistas, ativistas e comunicadores, fortalecendo o diálogo e a circulação responsável de informações.

A missão é garantir que o debate público ocorra com responsabilidade, mobilizar influenciadores e romper bolhas, mantendo o tema vivo no debate público e sensibilizando as grandes plataformas digitais, as chamadas *big techs*. Como afirmou o presidente Lula, esta será a “COP

da Verdade” – e sem verdade, não há confiança nem ação coletiva.

O Relatório de Riscos Globais deste ano, do Fórum Econômico Mundial, alerta: a desinformação é hoje o principal risco global no curto prazo, enquanto a emergência climática vem logo em seguida. Vivemos o que o Painel Internacional sobre o Ambiente da Informação define como “uma emergência dentro da emergência”.

Nesse cenário, o Brasil ocupa posição singular. É protagonista tanto na agenda climática quanto na defesa da integridade da informação. Em reuniões preparatórias em Bonn, Londres, Rio de Janeiro e Cidade do México, o tema tem ganhado centralidade e reconhecimento internacional.

INFORMAÇÃO CONFIÁVEL E AÇÃO COLETIVA

A atuação brasileira ocorre em duas frentes. A primeira é a promoção de informação confiável – um esforço por um debate público saudável, plural e responsável. Isso inclui valorizar o jornalismo profissional, fomentar a educação midiática e investir em campanhas de comunicação estratégica sobre temas prioritários.

A segunda é o combate direto à desinformação. As campanhas de desinformação climática estão cada vez mais sofisticadas, minando consensos, polarizando o debate e tentando deslegitimar o processo da COP e seus atores. Enfrentar esse fenômeno é essencial para preservar a democracia e a própria possibilidade de ação coletiva.

Por isso, pela primeira vez, a integridade da informação integra a Agenda de Ação da COP, gerando compromissos concretos de implementação. A Presidência brasileira atua como facilitadora desse processo, articulando setores da sociedade civil e instituições internacionais em um verdadeiro mutirão global pela verdade climática.

INICIATIVA GLOBAL PELA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

Entre as iniciativas destacadas está a Iniciativa Global pela Integridade da Informação, lançada pelo presidente Lula em parceria com a ONU e a UNESCO durante o G20 no Rio de Janeiro.

O objetivo é oferecer uma resposta multilateral ao desafio da desinformação, com ações concretas e coordenação global. O projeto já conta com a adesão de países de diferentes regiões – França, Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Chile, Uruguai e Marrocos – e o envolvimento direto da sociedade civil.

Seus eixos de atuação incluem a produção de evidências sobre os impactos da desinformação, o desenvolvimento de estratégias de comunicação baseadas em ciência e o apoio ao jornalismo investigativo.

Essas ações refletem um compromisso político com a verdade, a democracia e a sustentabilidade.

O AVANÇO DO NEGACIONISMO E SEUS RISCOS

Quando falamos em negacionismo científico, tratamos da recusa em aceitar as evidências sobre as mudanças climáticas. Essa negação, motivada por interesses políticos, econômicos ou ideológicos, assume novas formas – do ceticismo estratégico ao obstructionismo climático – que buscam relativizar a urgência das soluções.

O perigo é claro: o negacionismo atrasa medidas de prevenção e mitigação, desorienta ações diante de desastres e afeta, sobretudo, os mais vulneráveis. Estudos mostram que mentiras têm 70% mais chances de serem compartilhadas do que informações verdadeiras.

O Painel Internacional sobre o Ambiente da Informação alertou que existe uma rede global de desinformação, alimentada por grandes companhias, partidos de extrema direita e influenciadores, que sistematicamente minimizam responsabilidades ambientais e transferem a culpa para países mais pobres.

Essa engrenagem global da desinformação corrói a convivência democrática e aprofunda desigualdades.

O PAPEL DAS GRANDES PLATAFORMAS

No centro desse debate estão as grandes plataformas digitais. As big

techs são hoje atores políticos globais e não apenas empresas privadas. Seu modelo de negócios, baseado na disputa pela atenção, favorece a polêmica, a indignação e a mentira.

A tecnologia não é neutra – ela premia o conflito e estimula a polarização. As soluções passam por três pilares: regulação inteligente, capaz de proteger a liberdade sem abrir mão da responsabilidade; transparência algorítmica, para que se compreenda como funcionam os mecanismos que determinam o que chega a cada usuário; e educação midiática, para formar cidadãos mais preparados diante desse ecossistema informacional.

Superar a desinformação é mais do que proteger fatos – é proteger vidas. Promover a integridade da informação climática é pôr em marcha nossa capacidade de enfrentar a maior crise da humanidade com diálogo, inteligência e coragem.

A mensagem que o Brasil levou à COP30 é inequívoca: a integridade da informação não é um requisito técnico, é um compromisso político com o futuro do planeta.



Frederico Assis - Enviado Especial da Presidência da COP30 para Integridade da Informação. Matéria publicada originalmente na *Revisita Focus Brasil* - <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/11/04/cop30-e-o-desafio-global-da-desinformacao-climatica-e-a-proposta-do-brasil-por-frederico-assis/>





CLARA CHARF: UMA DAS IMPRESCINDÍVEIS DESTE MUNDO

Militante política desde os 20 anos, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) aos 21 anos, onde conheceu Carlos Marighella, seu futuro companheiro de vida e militância. Ao lado dele, viveu na clandestinidade e militou pelo comunismo durante os anos pós-Segunda Guerra Mundial e contra a ditadura civil-militar que se instaurou em 1964.

Integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada em 1967 por Marighella, militante que chegou a ser considerado o inimigo número

um do regime. O relacionamento dos dois durou de 1948 a 1969, até o assassinato dele por agentes da ditadura, em ação comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Logo após a morte do companheiro, Clara se exilou em Cuba, onde viveu por dez anos com identidade falsa, trabalhando como tradutora. Com a promulgação da Lei da Anistia em 1979, voltou ao Brasil, e se filiou ao recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual saiu candidata a deputada federal em 1982.

Militante feminista, Clara faleceu no dia 3 de novembro, aos 100 anos. Filiada ao PT, integrante da Secretaria de Mulheres do partido e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, fundadora e presidenta da Associação Mulheres Pela Paz, com o objetivo de combater a violência contra a mulher e dar visibilidade ao trabalho feminino, Clara morreu como viveu: na militância.

Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/clara-charf/>



Foto: Divulgação/Memórias da Ditadura



Foto: Ministério da Cidadania

**20 DE NOVEMBRO:
VIVA ZUMBI,
VIVA PALMARES!**

O 20 de novembro tem grande significado para a população afro-brasileira. Foi nesse dia que morreu Zumbi dos Palmares, o líder do mais populoso quilombo da América Latina – o Quilombo dos Palmares.

Nesta verdadeira cidade viveram cerca de 20 mil pessoas, assassinadas por tropas governamentais um ano antes da morte do herói negro, ocorrida em 20 de novembro de 1695. A data, consolidada por esforço do Movimento Negro Brasileiro e reconhecida pelo governo brasileiro, entrou para o calendário nacional, tendo Zumbi como referência e sendo tratada como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Instalado no cenário da luta, em Serra da Barriga (município de União de Palmares, estado de Alagoas), o Parque Memorial Quilombo dos Palmares é um dos maiores símbolos de resistência do povo negro à escravidão. E não poderia ser outro senão este o palco principal da programação montada pela Fundação Cultural Palmares para celebrar a data.

Uma ação, aliás, que interessa não apenas aos negros, mas à humanidade, porque, como ocorre em relação a todo e qualquer genocídio, é importante recordar para não repetir.

Assim, anualmente, durante todo o mês de novembro, o município de União dos Palmares, que

fica a 76,4 quilômetros da capital alagoana, recebe um contingente acima de 10.000 pessoas do Brasil e do exterior – a maioria, interessada em conhecer o Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

No alto da Serra da Barriga, a programação fica por conta da Fundação Cultural Palmares, que este ano incluiu o lançamento do novo site do Parque Memorial.

Fonte: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/serra-da-barriga-1/20-de-novembro>



Foto: Sedetur/Lucas Meneses/ Divulgação

COP 30: ADAPTAÇÃO OU PREVENÇÃO?

Michael Löwy

Michael Löwy, diretor de pesquisa em sociologia no Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS). Brasileiro de origem francesa e morando em Paris, é um grande amigo do Brasil participando ativamente de nossa realidade político-social. Sendo de origem hebraica é um sério estudioso da sociologia da religião, do melhor de Marx e de Max Weber dedicando parte da obra ao estudo da teologia da libertação. Com ele mantenho frutífero diálogo, quase semanal. Mandou-me o artigo em francês e agora vem publicado em A Terra é Redonda, 26-10-2025. Esse artigo é esclarecedor e ao mesmo tempo um alerta sobre eventuais ameaças sobre o futuro da humanidade.

Leonardo Boff

O futuro não será conquistado pela resignação em se adaptar ao colapso, mas pela coragem de prevenir suas causas.

1 Como sabemos, a COP30, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada este ano, em novembro, em Belém do Pará, desperta esperança, já que se realiza em um país governado pela esquerda, sob a égide do presidente Lula.

Mas é preciso constatar que o maior poluidor do planeta, os Estados Unidos, esteve ausente, já que Donald Trump – negacionista fanático das mudanças climáticas – retirou seu país dessa instância internacional.

Infelizmente, uma decisão recente das autoridades brasileiras

lança uma sombra sobre esta reunião: a autorização para explorar o petróleo localizado no fundo do mar, perto da foz do Amazonas.

Os ecologistas brasileiros denunciam essa decisão, que representa um risco enorme – em caso de acidente com as perfurações marítimas – de uma “onda negra” destruir os frágeis ecossistemas da floresta amazônica.

Além disso, se as enormes quantidades de petróleo depositadas no fundo do mar nessa região forem extraídas, comercializadas e queimadas, isso será uma contribuição decisiva para a mudança climática.

Nessas condições, o que se pode esperar dessa COP30? É preciso dizer que o balanço das 29 anteriores não é glorioso: é verdade que algumas resoluções foram to-

madras, mas... nunca foram postas em prática.

As emissões nunca pararam de crescer, o acúmulo de gases de efeito estufa atingiu proporções sem precedentes e o limite perigoso de 1,5°C (acima da era pré-industrial) já foi atingido.

Quais são as ambições dos organizadores da nova COP? Podemos ter uma ideia ao ler uma entrevista recente com André Corrêa do Lago, nomeado por Lula para presidir a COP30.

Diplomata com longa experiência em desenvolvimento sustentável, ele é atualmente Secretário de Clima, Energia e Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Nessa entrevista, Corrêa do Lago declara: "Gostaria muito que as pessoas se lembrassem da COP30 como uma COP da adaptação".

2 O que isso significa? Certamente, a adaptação às consequências das mudanças climáticas – incêndios florestais, tornados, inundações catastróficas, temperaturas insuportáveis, secas, desertificação, falta de água doce, aumento do nível do mar, etc. (a lista é imensa) – é necessária, especialmente nos países do Sul, primeiras vítimas desses danos.

Mas dar prioridade à "adaptação" em vez da "prevenção" é uma forma indireta de se resignar à inevitabilidade das mudanças climáticas. É um discurso que se ouve cada vez mais entre os governantes de diferentes países do mundo.

Fonte: <https://leonardoboff.org/2025/10/28/cop30-adaptacao-ou-prevencao/>



Michael Löwy - Diretor de pesquisa em sociologia no Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS).



Foto: Coordenação-Geral de Observação da Terra/INPE



Imagem: Gerada por IA/DALL-E

OS VAI-E-VENS DA HISTÓRIA

Emir Sader

Quem, como eu, que nasceu ainda nos anos 1940, pôde viver avanços e retrocessos concentrados em poucas décadas, como nunca a humanidade havia vivido.

Cresci em pleno boom do capitalismo, em seu ciclo longo expansivo, no segundo pós-guerra, quando a industrialização e a urbanização prometiam um mundo melhor, mais confortável, com mais empregos e mais integração do planeta, em que o progresso parecia não ter limite.

A década iniciada com a Revolução Cubana teve, em sua continuidade, a Revolução Argelina, as

barricadas de maio de 1968, a Revolução Cultural na China, a gesta do Che, os movimentos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, a vitória da Revolução no Vietnã e a vitória da Revolução Sandinista.

Parecia como se o mundo estivesse virando uma página sem volta, de crise definitiva, de esgotamento do capitalismo e da hegemonia do imperialismo norte-americano, de esgotamento do modelo soviético de socialismo e da projeção do Sul do mundo como o futuro da humanidade.

Minha primeira tarefa como militante político foi a de distri-

buir um jornalzinho de esquerda, onde aparecia a foto de uns barbudos que haviam derrubado uma ditadura na América Central – naquela época ainda não existia o Caribe.

De forma mais ou menos rápida, aquele movimento antiditatorial logo se transformou em uma revolução nacionalista, antimperialista e socialista, até se tornar, no sentido mesmo de Revolução, para a minha e para outras gerações, em plena América Latina.

Os movimentos guerrilheiros latino-americanos apareciam como a continuação da vitória

cubana até que, entre outras tentativas, se chegou, dez anos depois, a uma nova vitória das guerrilhas na Nicarágua.

O mesmo ano de 1979 – da vitória sandinista, da Revolução Iraniana, da instalação de um governo progressista em Granada, outro no Suriname, da eleição de Fidel para presidente do Movimento dos Países Não Alinhados – marcaria também uma virada sem precedentes na história contemporânea.

Se, por um lado, foi o ano dos tantos avanços mencionados, simbolizados pela retirada desmoralizante dos Estados Unidos do Irã, por outro ocorreram dois grandes acontecimentos com consequências negativas: a guerra Iraque-Irã e a invasão soviética do Afeganistão.

A crise de 1973 havia colocado os grandes países ocidentais,

que eram os maiores consumidores de petróleo, diante da necessidade de buscar fontes alternativas de energia e de mudar o estilo de circulação de veículos, em razão do enorme e brusco aumento do preço do petróleo. Falava-se em energia solar e em carros pequenos, que gastassem menos gasolina.

Mas a solução do bloco ocidental veio por outro lado: fomentar a guerra entre as duas maiores potências do Oriente Médio, o Iraque e o Irã. Uma guerra selvagem, que quebrou a unidade do mundo árabe – que havia levado ao aumento do preço do petróleo em 1973 e à forte reivindicação dos direitos da Palestina – e que neutralizou o poder político de ambos os países. Essa ação foi complementada com a primeira guerra do Iraque, quando os Estados Unidos se instalaram defi-

nitivamente na região, garantindo o abastecimento de petróleo a preços baixos.

A invasão soviética do Afeganistão surgiu como outra questão polêmica, que dividiu o Movimento dos Países Não Alinhados, enfraquecendo a presidência de Fidel.

Fracassou o governo mais brandido de Jimmy Carter, depois da queda de Richard Nixon, para dar lugar a uma nova Guerra Fria, promovida por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que levaram à vertiginosa ascensão do neoliberalismo no mundo.



Emir Sader - Sociólogo. Conselheiro da Revista Xapuri. Matéria publicada originalmente no Brasil 247 - <https://www.brasil247.com/blog/os-vai-e-vens-da-historia>



Foto: Documentário "A Revolução AO VIVO". Reprodução



“O TEMA DOS IMPOSTOS PARECE DE DIFÍCIL COMPREENSÃO, MAS É FUNDAMENTAL SOCIALIZAR ESSE DEBATE”

Em entrevista para a Revista Xapuri, Rosilene Corrêa, professora aposentada da SEEDF e dirigente da CNTE, fala sobre a taxação dos super ricos prevista no PL 1087/2025. Rosilene representa a CNTE na Campanha Tributar os Super Ricos, que reúne mais de 70 entidades nacionais. A Campanha tem como personagem central a menina Niara, criada pelo cartunista Aroeira.

O PL 1087/2025, além de isentar e garantir desconto no imposto de renda de fatia expressiva da população, também determina que essa iniciativa será sustentada por outra: a alíquota mínima de 10% para aqueles que recebem a partir de R\$ 50 mil por mês. É uma vitória da luta popular?

Rosilene Corrêa: Com certeza. Diversos setores da sociedade estão, há muito tempo, reivindicando impostos progressivos. Do jeito que é hoje, as pessoas de menor renda e a classe média sustentam os privilégios de milionários e bilionários, e isso é descarado.

Taxar os super ricos e seus superlucros é primordial para aliviar a carga tributária de quem ganha pouco e tem que manter a família. É primordial também para aumentar a arrecadação da União, para que o governo possa investir em políticas públicas de inclusão, de combate à desigualdade, de garantia de uma vida digna para o nosso povo, que tem direito a saúde, educação, moradia, alimentação saudável, lazer.

Essa vitória acompanha outras, como a derrota da PEC da Blindagem e os avanços no diálogo com os EUA pelo fim do tarifaço. O Brasil manteve uma postura digna e soberana.



Você falou da taxação dos superlucros. O estabelecimento de uma alíquota de imposto de renda sobre lucros e dividendos é uma medida inédita e que era necessária havia muito tempo.

Rosilene Corrêa: Muito tempo! Pra se ter ideia, entre 46 membros e prováveis futuros membros da OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico], só 3 países não taxam lucros e dividendos: Brasil, Estônia e Letônia. Essa informação é da Agência Câmara.

A proposta é reter na fonte um imposto de renda de 10% sobre lucros e dividendos de quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês de uma mesma fonte pagadora. Para se ter uma ideia, esse imposto, na Dinamarca, não é de 10%, é de 42%. No Reino Unido são 39%.

O “problema” que restou é que o setor do agronegócio manteve seus privilégios. Seriam mais R\$ 3 a 4 bilhões arrecadados, mas o lobby da bancada ruralista é fortíssimo. Em algum momento será necessário encarar essa questão.

O Sinpro e a CNTE aderiram prontamente à campanha pela taxação dos super ricos. Na sua opinião, qual o papel da Niara nessa campanha?

Rosilene Corrêa: A Niara nasceu para responder a um desafio que a gente tinha, e, na verdade, continua enfrentando, que é o de aproximar esse debate da população. Precisamos dialogar com aqueles e aquelas que serão alcançados pela isenção, por exemplo.

O tema dos impostos, muitas vezes, é tratado em termos técnicos, que dificultam a compreensão e fazem parecer que é uma coisa distante da vida das pessoas, do dia a dia. Mas é o contrário, é muito próximo, é decisivo na vida de todo mundo. É fundamental socializar esse debate. Então, nós pensamos em ter uma personagem que pudesse falar de forma a ser facilmente compreendida.

A Niara aborda temas de interesse da população, palpáveis, sempre fazendo a conexão com a tributação dos super ricos. O objetivo é mostrar que todo mundo pode saber do que se trata, o que é

imposto, o que um paga, o que outro não paga. O Aroeira, que é um grande chargista brasileiro, é central na campanha, é quem cria as tirinhas da Niara.

Agora, o PL vai para o Senado e, depois, para sanção do presidente Lula. Alguma expectativa quanto a essa tramitação?

Rosilene Corrêa: Nós acreditamos que os parlamentares entenderam o recado das ruas. Esse tema está bastante em evidência e quem votar contra vai se expor muito. Por isso, a expectativa é de que o projeto seja aprovado sem obstáculos no Senado, e, na sequência, sancionado pelo presidente Lula.

Quais os próximos passos daí para frente?

Rosilene Corrêa: Em se consolidando essa vitória importantíssima da isenção do IR pra quem ganha até R\$ 5 mil, do desconto pra quem ganha até R\$ 7,5 mil e da tributação dos super ricos, é a hora de fortalecermos a campanha contra a escala 6x1.

Derrotar esse modelo de jornada de trabalho é uma vitória das classes populares e, sobretudo, das mulheres, que infelizmente ainda concentram a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados, além do trabalho fora de casa. Descanso semanal de um único dia precisa urgentemente ser abolido das nossas leis trabalhistas.



AR
LOR
R



Foto: Ricardo Stuckert / PR

LULA 80 ANOS: O OPERÁRIO QUE VIROU SÍMBOLO DE UM PAÍS E VOZ DO SUL GLOBAL

Guto Alves

"Já é meu aniversário, mas já vi que não vou ganhar presente", brincou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao notar a ausência de pacotes sobre a mesa durante a coletiva de imprensa que encerrava a viagem oficial ao sudeste asiático.

Passava da meia-noite em Brasília – manhã na Malásia – quando o presidente atravessou o calendário e completou 80 anos de vida diante de jornalistas, falando sobre soberania, justiça climática e combate à pobreza.

"Estou completando 80 anos no melhor momento da minha vida. Eu nunca me senti tão vivo e com tanta vontade de viver", disse, visivelmente emocionado. "Espero viver até os 120 anos. A partir de hoje, faltam só 40", completou, arrancando risadas da imprensa.

No mesmo dia, Lula foi recebido com um jantar de gala pelo primeiro-ministro da Malásia, Anwar Ibrahim – a primeira celebração oficial dos seus 80 anos. No salão iluminado, cercado por chefes de Estado e representantes de organismos internacionais, o brasileiro brindava não só um aniversário, mas um retorno ao centro da diplomacia mundial.

Do outro lado do planeta, em entrevista concedida no avião presidencial dos Estados Unidos, Donald Trump aproveitava para registrar publicamente: "Quero desejar feliz aniversário ao presidente. Ele é um cara vigoroso, fiquei impressionado". Naquela mesma semana, Lula e Trump haviam se reunido em Kuala Lumpur para discutir as tarifas de 50% impostas pelos EUA às exportações brasileiras.

A diplomacia direta, de voz firme e sem intermediários, se mostrou eficaz: em menos de 24 horas, as equipes dos dois países já negociavam uma agenda de revisão. O episódio consolidava a imagem de um presidente que, celebrando os 80, segue conduzindo a política externa com energia de quem nunca deixou de lutar.

Das voltas inimagináveis que a vida dá, seria uma cena impensável há poucos anos: o ex-metalúrgico que enfrentou a fome, a morte de familiares, a prisão e o isolamento político, agora festejava a vida como chefe de Estado num banquete asiático.

Nas redes sociais, a celebração ganhava tons de festa popular. A hashtag #LulaDay tomou conta da in-

ternet, reunindo homenagens de anônimos e personalidades, fotos de eleitores com o presidente e mensagens de gratidão vindas de várias partes do mundo.

ENTRE PRISÕES E RECOMEÇOS

Lula nasceu em 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, agreste pernambucano. Aos sete anos, viajou de pau de arara com a mãe, dona Lindu, e os irmãos rumo a São Paulo, como tantos retirantes nordestinos que buscavam sobreviver à seca e à fome.

Cresceu na periferia do ABC paulista, estudou até o primário, formou-se torneiro mecânico e ingressou na metalurgia – o caminho que o levaria à liderança sindical e, depois, à política.

Na virada dos anos 1970, durante a ditadura militar, tornou-se uma das principais vozes do novo sindicalismo, mais independente e combativo, e desafiou o regime ao organizar as greves históricas do ABC. Dali surgiria a base que fundaria o Partido dos Trabalhadores em 1980 e iniciaria um novo ciclo de mobilização popular no Brasil. Foram três derrotas nas urnas – em 1989, 1994 e 1998 – antes da vitória consagradora em 2002.

O país elegeu, pela primeira vez, um operário à Presidência da República. O dia da posse, 1º de janeiro de 2003, foi um rito coletivo: milhares de pessoas vindas de todas as regiões tomaram a Esplanada e mergulharam no espelho d'água do Planalto para celebrar o feito histórico.

O governo Lula inaugurou uma era de transformações sociais e econômicas. Com o Bolsa Família, a valorização do salário-mínimo, a expansão do crédito e o acesso ampliado à educação, o Brasil saiu do Mapa da Fome e viveu um ciclo de crescimento com inclusão. Em 2010, ele deixou o Planalto com 80% de aprovação e a sucessora eleita, Dilma Rousseff.

A QUEDA E O RETORNO

O país que o consagrou também o viu cair. Em 2018, Lula foi condenado e preso em meio à Operação Lava Jato, num processo marcado por ilegalidades que anos depois seriam reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal. Passou 580 dias detido em Curitiba, onde enfrentou o luto pelo neto e pelo irmão, sem direito a entrevistas nem visitas políticas.

“Só quem tem o direito de decretar meu fim é o povo brasileiro”, disse antes de se entregar, num discurso histórico no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 2019, o STF considerou inconstitucional a prisão após condenação em segunda instância, e em 2021 anulou as sentenças, reconhecendo a parcialidade do então juiz Sérgio Moro.

A volta de Lula à liberdade foi também o retorno de uma ideia – a de que o país poderia novamente se reconciliar com a democracia. Em 2022, ele venceu as eleições mais polarizadas desde a redemocrati-

tização, derrotando o extremismo bolsonarista e assumindo o cargo que transformou a sua biografia em sinônimo de resistência.

LIÇÕES DE UM ESTADISTA AOS 80 ANOS

Lula governa com a serenidade de quem sobreviveu ao tempo e aos seus algozes. Seu terceiro mandato é o da reconstrução: o país voltou a registrar superávit fiscal, o desemprego caiu para o menor patamar em quase uma década e, em 2024, o Brasil foi retirado novamente do Mapa da Fome pela ONU.

No cenário internacional, a diplomacia brasileira recuperou protagonismo. Lula conduziu negociações para ampliar o BRICS, defendeu a criação de um fundo permanente de proteção florestal e posicionou o país como mediador em temas sensíveis – da guerra na Ucrânia à crise climática.



Fotos: Revista Focus





Fotos: Revista Focus

A viagem ao leste asiático, que coincidiu com o aniversário, simbolizou essa retomada. Em cinco dias, o presidente firmou acordos em energia renovável, agricultura e semicondutores com Indonésia e Malásia, reuniu-se com líderes de Singapura e Vietnã e representou o Brasil pela primeira vez na Cúpula da Ásia do Leste, da ASEAN.

“O que interessa numa mesa de negociação é o futuro. A gente não quer confusão, quer resultado”, disse, ao lado do chanceler Mauro Vieira. A frase sintetiza o momento: um presidente mais diplomático, mas ainda movido pela urgência de transformar o presente.

Em Kuala Lumpur, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* em Filosofia e Desenvolvimento Internacional pela Universidade Nacional da Malásia – o 41º título honorífico de sua vida. “Completar 80 anos recebendo tantas demonstrações de carinho e tantas gentis mensagens é indescritível”, escreveu nas redes.

O LÍDER E O TEMPO

As homenagens atravessaram fronteiras. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, cantou parabéns e brincou: “Lula está fazendo apenas 25 anos.” Miguel Díaz-Canel, de Cuba, o chamou de “inspiração da Nossa América”.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, desejou “muita saúde e longa vida ao amigo do povo”, e o presidente boliviano Luis Arce agradeceu “a sabedoria e a firmeza na luta pela justiça social”. No Brasil, ministros e aliados celebraram a data.

O vice-presidente Geraldo Alckmin publicou um vídeo com bolo e a frase: “Comemoramos hoje junto com todos os brasileiros que escolheram a democracia como forma de realizar suas esperanças”.

Fernando Haddad afirmou: “O tempo só fez crescer a sua paixão pelo Brasil.” E a ministra Anielle Franco escreveu: “É uma honra caminhar junto a um líder que luta incansavelmente pelo povo brasileiro”.

A biografia de Lula já não pertence apenas ao campo político, mas ao imaginário coletivo. De Garanhuns a Kuala Lumpur, de torneiro mecânico a chefe de Estado, de prisioneiro a estadista, a trajetória resume a história recente do Brasil – com suas quedas, reconstruções e renascimentos.

E quando perguntado sobre o futuro, o aniversariante não hesitou: “Pode ter certeza que eu estou com a mesma energia de quando tinha 30 anos”, disse. “E vou disputar um quarto mandato no Brasil”.



Guto Alves – Jornalista em Revista Focus Brasil <https://fpabramo.org.br/focus-brasil/edicao/focus-brasil-213-80-anos-de-lula-justica-social-compromisso-e-soberania/>



Margaridas são flores resistentes e perenes. Representam a leveza do afeto, a força da bondade e a ternura da gentileza. São flores do otimismo, da alegria dos novos começos e dos desafios da renovação. Coloridas, rompem com a intempérie dos tempos brutos em uma sempre marcante presença da esperança da primavera.

Assim são nossas Mulheres-Margaridas, nossas amadas, gentis, bravas e corajosas mulheres de luta. Mulheres das florestas, das cidades, dos campos e das águas; mulheres forjadas, em tempos passados e presentes, na força da resistência coletiva por um Brasil mais humano, mais justo, mais decente, mais feliz e mais solidário.

Assim foi Margarida Maria Alves, uma forte da luta camponesa no solo catingueiro do Nordeste brasileiro. Acossada, ameaçada e, por fim, assassinada pelas forças do latifúndio, Margarida dizia, o tempo todo: "Da luta eu não fujo, prefiro morrer na luta do que morrer de fome". Marcada para morrer, Margarida morreu lutando.

Brasil afora, ontem e hoje – das guerras de Canudos e do Contestado à guerrilha do Araguaia e, desde então, dos bicos das cidades aos grotões do sertão; do azul sereno das águas ao verde profundo das florestas; dos movimentos sociais em defesa da terra, da paz e da natureza, germinaram e germinam centenas, milhares de Mulheres-Margaridas.

Cinquenta e cinco delas estão na exposição "Memoráveis Margaridas", um poderoso mosaico de sonhos, lutas, mortes, vidas, conquistas e esperanças. São mulheres que fizeram e fazem história, que moveram e movem o mundo. Mulheres que, ao longo de mais de um século, marcaram e marcam a força feminina nas lutas de resistência.

Longa vida às Mulheres-Margaridas, cujos perfis podem ser visitados no [hotsite: www.espacochoicomedes.org/](http://www.espacochoicomedes.org/)

**A JUSTIÇA
COMEÇA COM**

RE

PA

RA

**20 DE NOVEMBRO
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

ÇÃO

No Dia da Consciência Negra, a CNTE reafirma: não há democracia plena sem justiça racial. E justiça começa com reparação.

A recente aprovação da PEC 27/2024 (Proposta de Emenda à Constituição) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados é um avanço importante: ela propõe a criação do Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial, uma conquista que nasce da luta do movimento negro.

A CNTE se soma à mobilização nacional pela aprovação da PEC.

Igualdade racial é um compromisso com o futuro.

Escola pública é território de resistência, memória e transformação.





XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

